



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

BÉTULAS SUSTENTÁVEIS

Projeto de Intervenção e Desenvolvimento
Comunitário na Urbanização das Bétulas, concelho
de Vila Nova de Famalicão

Discente: Daniela Filipa Pereira Duarte

Trabalho de Projeto apresentado ao Instituto
Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do
Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Doutor Marcelo Gallo

Agosto 2023

"A missão principal do serviço social é alcançar o bem-estar do ser humano e ajudar a ir ao encontro das Necessidades de todos, dando especial atenção as carências e ao fortalecimento daqueles que são mais vulneráveis e aos que vivem na pobreza (...)"

NASW (National Association of Social Workers, 2008)]

“Afinal, se eu não mudar quando as circunstâncias exigem,
como posso esperar que os outros mudem?”

Nélson Mandela

AGRADECIMENTOS

Desejo desta forma exprimir a minha gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, permitiram que este projeto fosse planificado.

O meu primeiro agradecimento quero deixar de forma sincera e sentida a toda a comunidade residente na Urbanização das Bétulas, por me ter permitido entrar nas suas casas, nas suas dinâmicas, e disponibilizar-se a responder ao meu inquérito e a todas as questões colocadas. Acima de tudo por me transmitir confiança, reforço positivo, para a elaboração deste projeto de intervenção com e para a comunidade.

Um segundo agradecimento ao Departamento Urbanístico do Município de Famalicão, nomeadamente, todas as técnicas que se disponibilizaram a receber-me e a responder as questões colocadas face à construção do projeto. Sem nunca esquecer a técnica da área da Educação (TIL) que, para além de uma profissional exímia, é um ser humano de excelência, com uma forte proximidade a toda a comunidade das Bétulas.

Ao Professor/Orientador de Mestrado, por todo apoio e auxílio ao longo da elaboração do meu projeto final. Também gostaria de deixar um agradecimento especial ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto, porque me permitiu condições de pagamento que inegavelmente me deram a oportunidade de frequentar o Mestrado em Serviço Social e concluir a execução deste trabalho científico. Assim como a todos os docentes que, ao longo do percurso académico, me facultaram ferramentas essenciais para a construção deste projeto, mas acima de tudo, para a minha construção pessoal e profissional, para todos a minha mais sincera e sentida gratidão.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da minha pesquisa. Acima de tudo, e em todas as circunstâncias não me deixaram desistir.

ABREVIATURAS

A.S. – Assistente Social

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ACM - Alto Comissariado das Migrações

D.L. - Decreto-Lei

DSS- Determinantes Sociais de Saúde

IHRU - Instituto da Habitação Urbana

MISP – Mediação Intercultural Serviços Públicos

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PER – Programa Especial de Realojamento

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

RSI – Rendimento Social de Inserção

SUMÁRIO

O princípio base que está na construção e dinamização deste projeto de desenvolvimento comunitário é a contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (3º e 11º), relacionados com a saúde pública e o meio ambiente. Este teve como finalidade criar um plano de intervenção para limpeza e desinfecção da Urbanização das Bétulas, perspetivando melhorar a saúde pública e fortalecer o sentido de pertença da comunidade em relação à Urbanização.

A estrutura do projeto inclui uma análise diagnóstica, definição de objetivos, estratégias de intervenção, avaliação de impacto e conclusões gerais.

Numa dimensão geral, o projeto de desenvolvimento comunitário passa, maioritariamente, por desenvolver recursos e potencialidades junto dos residentes da Urbanização das Bétulas, perspetivando proporcionar a todos um espaço aprazível para o desenvolvimento físico e cognitivo em todas as gerações.

Palavras-chave: Comunidades ciganas; Sentido de pertença; Saúde pública; Desenvolvimento sustentável; Reciclagem.

ABSTRACT

The underlying principle that guides the construction and promotion of this community development project is the contribution to the UN Sustainable Development Goals (3rd and 11th), related to public health and the environment. The objective was to draw up an intervention plan for cleaning and disinfecting Urbanização das Bétulas, with a view to improving public health and strengthening the community's sense of belonging to urbanization.

The project structure includes a diagnostic analysis, definition of objectives, intervention strategies, impact assessment and general conclusions.

In a broader sense, the community development project focuses mainly on developing the resources and potential of the inhabitants of Urbanização das Bétulas, with a view to providing a playful space for the physical and cognitive development of all generations.

Keywords: Gypsy communities; Sense of belonging; Public health; Sustainable development; Recycling.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Objetivos e Metodologia	2
1.3. Estrutura do Projeto.....	3
2. METODOLOGIA.....	4
3. ELEMENTOS DE CARATERIZAÇÃO DIAGNÓSTICA	6
3.1. Realidade das Bétulas.....	7
3.2. A Urbanização das Bétulas.....	19
4. POPULAÇÃO A QUEM SE DIRIGE O PROJETO	30
5. FINALIDADE E OBJETIVOS DO PROJETO	36
6. IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	38
6.1. Plano de atividades.....	41
6.2. Planeamento das Atividades.....	42
6.3. Planificação das atividades da Ação 3.....	43
6.3.1. Exposição das atividades da ação 3:.....	44
6.4. Planificação das atividades da Ação 4.....	47
6.4.1. Exposição das atividades/espço para reunião e esclarecimento ação 4.....	48
6.5. Parcerias.....	54
7. AVALIAÇÃO	55
7.1. Análise dos resultados pretendidos com a implementação do projeto	56
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
APÊNDICE 1	64
APÊNDICE 2	65

APÊNDICE 3	80
APÊNDICE 4	81
ANEXO 1	82
ANEXO 2	88
ANEXO 3	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Acumulação de resíduos orgânicos. Fotografia retirada do canal FamaTV	8
Figura 2- Ilustração do pré-realojamento (barracas). Exemplos de casa em madeira sem divisões, casa com paredes de tijolos e divisões, e casa de paredes de tijolos sem divisões entre quartos	20
Figura 3- Projeto da Urbanização das Bétulas. Imagem retirada da IHRU (Instituto da Habitação Urbana).....	22
Figura 4- Recorte de jornal Correio do Minho 23-12- 2011 . Erro! Marcador não definido.	
Figura 5- Ilustração da realidade da Urbanização	28
Figura 6- Demonstração da falta de acessibilidades.....	35

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Elementos de Caracterização Diagnóstica	6
Quadro 2- Representação da Assiduidade, Absentismo e Abandono Escolar (Bétulas).....	10
Quadro 3- Representação do Nível de Escolaridade (Bétulas).....	11
Quadro 4- Plano de atividades a desenvolver.....	41
Quadro 5- Planeamento das Atividades	42
Quadro 6- Planificação das atividades da Ação 3	43
Quadro 7- Planificação das atividades da Ação 4	47
Quadro 8- Resultados	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Respostas relativas aos questionários aplicados à comunidade	9
Gráfico 2- Assiduidade, Absentismo e Abandono Escolar (Bétulas).....	10
Gráfico 3 - Nível de Escolaridade (Bétulas).....	10
Gráfico 4 - Caracterização demográfica da comunidade jovem.....	30
Gráfico 5 - Caracterização demográfica da comunidade adulta.....	30
Gráfico 6 - Situação face ao emprego.	31
Gráfico 7 - Tipos de rendimentos da comunidade.....	32
Gráfico 8 - Fatores que contribuem para o sentimento de insegurança.....	33
Gráfico 9 - Grau de satisfação habitacional	33
Gráfico 10 - Prespetiva da comunidade sobre as vantagens de residir nas Betulas	34
Gráfico 11 - Medidas propostas pela comunidade.	35

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

O princípio assente na construção e dinamização deste projeto comunitário, que passou pela elaboração de um plano de intervenção para limpeza e desinfeção da Urbanização das Bétulas, foi a contribuição para o 3º e 11º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. Estes objetivos foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovados a 25 de setembro de 2015 na Assembleia Geral das Nações Unidas, por unanimidade dos seus 193 estados-membros. De forma a cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável é imperativo garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, pelo que o 3º Objetivo - Saúde de Qualidade estabelece como metas garantir saúde e bem-estar de todos, erradicar as epidemias e patologias ligadas a questões de saúde pública (HIV, tuberculose, infeções respiratórias e epidérmicas entre outras) e promover a saúde mental e o bem-estar, alcançando a cobertura universal de saúde.

É de ressaltar que a comunidade cigana residente na Urbanização das Bétulas, foco particular deste projeto, pelas suas atuais condições de habitabilidade, está diferencialmente exposta a fontes de poluição e contaminação, aquilo que a OMS designa como determinantes sociais da saúde (DSS), ou seja, fatores relacionados com as condições em que uma pessoa/comunidade se organiza e desenvolve, intimamente ligados a fatores sociais, económicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais. Por sua vez, estes influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população, tais como habitação, alimentação, escolaridade, emprego e recursos económicos.

Este projeto contribui também para o papel essencial das cidades e comunidades nas vertentes económicas, sociais e ambientais, consagrado no 11º Objetivo - Cidades e Comunidades Sustentáveis no que respeita ao desenvolvimento urbano. Nesta perspetiva, é necessário desenvolver as cidades de uma forma mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável, enumerando também o acesso de todos a uma habitação condigna, espaços públicos seguros e inclusivos, sistemas de transportes eficientes, melhor planeamento urbano e participação cívica, assim como a proteção do património cultural e natural. Este é o compromisso assente até 2030.

É precisamente neste alinhamento que perspetivo o projeto que proveio de várias visitas domiciliárias na Urbanização das Bétulas, no concelho de Famalicão, em contexto de estágio curricular da Licenciatura, e do contacto direto com os habitantes. A interação e auscultação dos mesmos permitiu fazer uma avaliação de diagnóstico relativamente a algumas situações e problemáticas.

O facto de estagiar em contexto educacional, na promoção do sucesso educativo, possibilitou uma intervenção mais próxima dos agregados familiares e respetivas crianças residentes na Urbanização. Enquanto estagiária, este contacto passou, designadamente, pela consciencialização dos mesmos para a frequência escolar e a toma de vacinas obrigatórias e pela elucidação para a cumprimento das medidas ligadas ao RSI, medida política de combate à pobreza que pretende a redução da intensidade e da severidade da pobreza em setores mais vulneráveis através de uma prestação pecuniária combinada com um programa de inserção social (Rodrigues, 2009).

Para alguns beneficiários, o RSI é considerado um rendimento suplementar cujo usufruto permite manter atividades económicas tradicionais como o comércio ambulante (feiras). Assim sendo, raramente é visto pelos próprios como uma oportunidade de mudar a sua trajetória de vida, gerando-se frequentemente situações de subsidiodependência, havendo casos em que não é possível acumular com qualquer outra atividade (Santos, 2013). As visitas domiciliárias permitiram o reforço dos pontos anteriormente expressados, para além de conhecer melhor as convergências e divergências desta comunidade especificamente.

1.2. Objetivos e Metodologia

O projeto de desenvolvimento comunitário tem, assim, como principal objetivo, desenvolver um plano de intervenção com e para a comunidade para mobilizar a mesma para a limpeza dos espaços e desinfeção da Urbanização e assim, devolver e aumentar o sentido de pertença dos espaços físicos.

Com o intuito de atingir este objetivo, uma série de etapas e instrumentos de investigação foram aplicados ao longo do desenvolvimento do projeto.

Numa fase inicial, foram recolhidos dados qualitativas e quantitativos através de entrevistas estruturas e através da realização, pessoal, de inquéritos aos moradores da

Urbanização das Bétulas. Ao longo de todo o projeto, foi consultada literatura relevante como suporte aos dados recolhidos, ou seja, literatura que explicasse os comportamentos e perspetivas da comunidade.

Resumidamente, trata-se de um projeto que fará uma análise qualitativa e quantitativa na sua construção. Como tal, farei uma revisão bibliográfica sobre a temática, com a finalidade de sustentar teoricamente elementos para a minha reflexão empírica.

1.3. Estrutura do Projeto

O projeto terá a seguinte estrutura:

O **capítulo 2** explicará a metodologia aplicada, passo-a-passo, ao longo de todo o desenvolvimento do projeto.

O **capítulo 3** abordará os elementos de caracterização diagnóstica relacionados com os problemas, causas e prioridades de intervenção, de acordo com um dos princípios do Desenvolvimento Comunitário

No **capítulo 4** irá ser apresentada a população e os dados de identificação da realidade existente, assim como algumas problemáticas.

No **capítulo 5**, a finalidade do projeto irá ser explicada ao definir os objetivos gerais e específicos do mesmo.

O **capítulo 6** concerne à identificação das estratégias e respetivo plano de atividades a desenvolver com o público-alvo.

No **capítulo 7** será analisado o plano de avaliação do projeto, mostrando o impacto pretendido com o mesmo.

Por último, será elaborada a conclusão.

2. METODOLOGIA

Numa primeira fase da investigação comecei por recolher informação e observar a realidade da comunidade, no sentido de avaliar a pertinência do estudo e respetivo projeto (plano de intervenção). Após rever sucintamente a literatura relevante, foi desenvolvido um questionário, na plataforma GoogleForms, para perceber os interesses da população da Urbanização das Bétulas. Este questionário foi construído com o objetivo de definir o plano de intervenção, e também, perceber se haveria adesão dos mesmos na participação e colaboração no projeto.

Estando o questionário desenvolvido, foi necessária autorização, via e-mail, da Câmara Municipal para reunir com o Departamento Urbanístico, nomeadamente, com os seus técnicos, processo este que levou quatro meses até resposta positiva. Esta autorização teve como propósito reunir informação acerca de todo o processo de realojamento, por exemplo, de que forma tinha sido preparada a população para o realojamento na Urbanização das Bétulas.

Desta forma, foi possível perceber todo o processo de construção e realojamento da população pela voz dos técnicos que estiveram na linha da frente. Agendei, via email e telefone, uma reunião com cada um dos técnicos que se mostraram disponíveis. Com questões previamente preparadas, foi possível reunir informação relevante (qualitativa e quantitativa) para o desenvolvimento do projeto, como por exemplo, quais os programas (PROHABITA e IHRU) que estiverem envolvidos no processo de realojamento em questão.

Numa das reuniões, fui convidada a estar presente no Encontro Equipas de Intervenção de Terreno (Intervenção Urbanizações). Esta reunião teve como objetivo a partilha de perspetivas da realidade das urbanizações existentes no Município por parte das várias equipas que se encontravam presentes, assim como apresentar algumas medidas de implementação, visando assegurar a continuidade dos técnicos no terreno, nomeadamente minimizar a dependência de candidaturas para a continuidade da intervenção no terreno. Na reunião, foi perceptível a necessidade urgente de acompanhamento de proximidade na comunidade da Urbanização das Bétulas.

Após recolher a informação necessária relativa às necessidades da comunidade, o passo seguinte foi dado no terreno. Com a presença de um elemento residente, foi aplicado, porta-a-porta, o inquérito a 26 participantes (cada participante representa uma habitação).

As respostas obtidas foram analisadas, com recurso ao Excel, e sintetizadas, e a partir daí, foi definido o plano de intervenção do Projeto de Desenvolvimento Comunitário.

No decorrer do levantamento dos dados, foram seguidas as etapas definidas por Mónico et al. (2017) para aplicar a observação participante.

Numa primeira fase, é necessário garantir a aproximação ao grupo social em estudo, situação que de alguma forma previu-se que seria assegurada, nomeadamente pelo facto de a comunidade já me receber na Urbanização desde 2018, no âmbito do estágio da licenciatura (Promoção do Sucesso Escolar), e também pelo facto da comunidade ser apoiada pela Loja Social da Câmara e pela REFOOD, instituições estas onde sou voluntária, permitindo assim a existência de uma relação com a comunidade.

Ainda assim, e em cada interação com a comunidade, foi extremamente importante trabalhar as expectativas da mesma, além de ter sido essencial procurar eliminar alguns bloqueios, como a desconfiança e a reticência. Para tal, foi imperativo manter a honestidade, clareza e objetividade ao explicar os motivos pelos quais se pretendia realizar os questionários. Além disso, a individualidade de cada um, bem como o seu espaço foi respeitado permitindo que a própria comunidade pudesse, confortavelmente, colocar todas as questões que lhe parecessem necessárias para entender o motivo do levantamento dos dados.

Adicionalmente, o estabelecimento de uma relação de confiança com cada um dos participantes só foi possível através da aplicação de escuta ativa, empatia com todos, familiaridade com as questões colocadas e com preparação teórica sobre o que estava a ser observado, flexibilidade de adaptação a situações inesperadas, e acima de tudo, a falta de pressa em adquirir os dados ou atribuir significado aos fenómenos observados. Isto é, não tirar ilações, mas sim potenciar o espaço ao diálogo sem que o mesmo seja demasiado evasivo, proporcionando desta forma o conhecimento real da comunidade e o envolvimento da mesma na elaboração e efetivação do projeto.

3. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DIAGNÓSTICA

Nesta primeira etapa irão ser apresentados os dados de caracterização diagnóstica de forma objetiva recorrendo ao estabelecido no Quadro 1.

No quadro seguinte, irei relacionar os problemas, causas e prioridades de intervenção na Urbanização das Bétulas, procurando apoiar a minha linha de diagnóstico das necessidades sentidas pela população, e, a partir desta, elaborar um plano de intervenção para e com a comunidade, com a perspetiva de viabilizar condições de progresso económico e social por via do desenvolvimento de comunidades ativas e sustentáveis baseadas na justiça social e no respeito mútuo.

<p>PRINCIPAIS PROBLEMAS/ POPULAÇÃO AFETADA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de critérios de limpeza, manutenção e zelo dos espaços privados e espaços exteriores do complexo habitacional; - Propensão de elevada procriação de roedores comensais (ratos e ratas); - Grande parte dos habitantes (média 38%) deixam os sacos de lixo contendo comida à porta das habitações sem qualquer proteção. Sendo que, atualmente, com a supervisão de técnicos camarários, já têm o cuidado de colocar no contentor exterior nos dias que está programada a recolha do lixo (quinta).
<p>CAUSAS PROVÁVEIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Habitus étnico</i> (Casa-Nova, 2005): desenvolvido na socialização primária e influenciado pela etnicidade nas relações de sociabilidade intra-étnica, que é perceptível pela linguagem corporal e práticas quotidianas, caracterizadas pelo ritmo de vida das crianças pautado pelo ritmo/hábitos e conteúdos dos adultos. - Hábitos de deitar comida para o chão, assim como deixar os sacos do lixo pousados no chão em frente as habitações; - Ausência de caixotes de lixo no interior da Urbanização - Ausência de técnicos mais regularmente a auxiliar e supervisionar a população.
<p>DADOS QUE TRADUZEM A GRAVIDADE DA PROBLEMÁTICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 30% do espaço exterior da Urbanização, nomeadamente a zona próxima às escadas de acesso aos blocos de habitação e a zona que devia ser usada para estacionamento, está ocupado com lixo depositado; como por exemplo: caixas vazias, eletrodomésticos avariados, calçado, roupa, brinquedos danificados, livros, objetos cortantes e embalagens etc.; (Figuras 1 e 5) - 38,5% da população não tem um caixote próprio para o lixo, colocando o mesmo, à entrada das habitações. (Gráfico 1)
<p>PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer critérios de organização e zelo dos espaços, inclusive com a colocação de caixotes de lixo metálicos no acesso a cada bloco habitacional e na zona central do complexo habitacional; - Colocação de ecoponto na extremidade do complexo habitacional; - Fomentar aprendizagens e hábitos de colocar o lixo nos respetivos recipientes adequados; - Limpar e colocar caixas de desinfestação, assim como tapar todas as zonas de implantação (subcave) de cada bloco

Quadro 1- Elementos de Caracterização Diagnóstica

Este processo integra um conjunto de valores e práticas (justiça, equidade, responsabilização, oportunidade, reciprocidade, participação, capacitação, e ensino ao longo da vida) que desempenham um papel de destaque no combate à pobreza e no apoio às populações mais desfavorecidas através da congregação dos seus membros em torno de assuntos e problemas comuns, na sua capacitação individual e coletiva e na promoção de uma participação efetiva (Ander-Egg, 1987). Abordando o princípio das necessidades sentidas preconizado pelos autores, referindo-se a este como crucial para a realização de todo e qualquer projeto dirigido a uma população alvo, será neste sentido que irei apoiar a linha de diagnóstico da população alvo e a linha de atuação.

3.1. Realidade das Bétulas

No concelho de Vila Nova de Famalicão, a Urbanização das Bétulas, apesar de ser a mais recente, é sem dúvida aquela que demonstra o maior número de desigualdades sociais e que, conseqüentemente, evidencia maior número de problemáticas associadas.

Atualmente, a Urbanização das Bétulas encontra-se num enorme estado de degradação, perfeitamente visível perante o olhar de quem lá passa. Apresenta problemas ligados às infraestruturas, isto é, problemas de condições sanitárias, higiénicas e de saúde pública, relacionados com a humidade e o mau estado de conservação dos espaços. Esta situação tem provocado o aparecimento de ratos, ratazanas, entre outros animais, que proliferam, provocando problemas respiratórios, alergias, entre outros, e colocando em perigo iminente todos os habitantes, principalmente as cerca de cinquenta crianças e jovens que ali vivem.

O ponto de recolha de lixo da Urbanização fica numa das suas extremidades. Porém, no que diz respeito ao lixo doméstico, como pude observar em dois blocos mais problemáticos, o mesmo é colocado em sacos plásticos no chão, tendencialmente à porta das habitações, e acaba por ficar lá até que animais, como gatos e cães, o espalhem, ou até que alguém acabe por recolhê-lo e colocá-lo no sítio correto. O lixo acumula-se em todas as áreas envolventes, mas mais notoriamente na zona das escadas e rés-do-chão dos blocos, assim como na lateral esquerda dos mesmos, destinada a estacionamento (Figura 1).

Tal como nos relatou uma jovem residente na Urbanização, auxiliar de educação de vinte anos (inquirida nº 9): “é terrível ver esta acumulação de lixo (brinquedos,

embalagens vazias, papéis) por todos os cantos, mas principalmente à frente... Não existe uma ‘educação’. Eu sei que alguns são da minha família, mas um faz e os outros vão atrás, se um pode fazer eu também faço, é muito por aí (...) Por isso é que eu acho que devia existir um responsável por limpar”. Com possível estratégia de solução, a residente sugeriu: “a câmara devia colocar caixotes de lixo aqui dentro, no bairro...e contratar alguém aqui dentro para esvaziar no caixote grande ali fora... também apanhar o que estivesse no chão, e chamar atenção quando visse alguém a deitar o lixo lá atrás ou aqui”.



Figura 1- Acumulação de resíduos orgânicos. Fotografia retirada do canal FamaTV

No decorrer da minha recolha de dados por meio de questionários/inquérito (Apêndice 3), que tiveram lugar primeiramente na companhia da Técnica Intervenção Local, no dia 17/03/2023, e depois com uma jovem que reside na Urbanização e que me acompanhou nas visitas, que ocorreram da parte da tarde entre as 15h e as 19h, (datas, 11/04/2023, 12/04/2023, 11/05/2023), de forma a não interferir com as dinâmicas de cada família/pessoa. Por último, também no dia 1/06/2023 (Dia da Criança), acompanhada por dois técnicos do departamento de ação social do Município, que se haviam deslocado à Urbanização das Bétulas, para realizar atividades lúdicas com as crianças, nomeadamente usando balões, pinturas na cara e promovendo jogos de futebol.

No que diz respeito à aplicação dos questionários, primeiramente foi entregue o consentimento informado (Apêndice 1) a um elemento de cada agregado familiar (aquele que iria responder ao questionário, sobre a sua habitação), para que o mesmo pudesse perceber o motivo da minha presença ali e qual o meu objetivo.

No decorrer do levantamento dos dados utilizei a observação participante, respeitando sempre o espaço e a individualidade de cada pessoa. Acima de tudo, procurei fomentar um espaço de diálogo em que me pudesse apresentar, explicar de forma muito honesta e objetiva o que pretendia com os questionários, como pretendia apresentar os dados dos mesmos, e qual era a finalidade do projeto. Algumas pessoas abriram a porta das suas habitações. Contudo, uma boa parte deu preferência a resguardar a sua intimidade, situação que nunca impediu que o diálogo fluísse e se tornasse muito prazeroso. Foi precisamente neste contexto que vários residentes, cansados desta situação, aproveitaram para pedir que fossem tomadas providências relativamente ao lixo acumulado, que coloca em situação de perigo e risco toda a urbanização.

Recordo em especial um dos relatos proferidos por uma habitante do género feminino (inquirida nº 12) que dizia: “Eu antes de vir para aqui vivia num bairro em Braga, não havia lixo no chão como vejo aqui (...) Eu lembro-me quando a Dra. estava aqui, naquele gabinete que havia, ela às vezes pedia ajuda a nós e aos meninos, e nós com sacos pretos ajudávamos a limpar. Eu não me importava de ajudar, juro”. Um outro relato que me impressionou foi: “Eu já vi pessoas que até deitavam fraldas sujas pela janela para aquela zona ali encostada ao muro. Acho isso muito mau”.

Dos 26 inquéritos realizados junto dos agregados familiares residentes na Urbanização, relativamente à questão sobre gostarem de viver nesta Urbanização, 84,6 % respondeu que não, em comparação com apenas 15,4% de respostas afirmativas, tal como se verifica no Gráfico 1. Uma hipótese que se levanta para a génese do problema é o facto de apenas 38,5% das habitações possuírem um caixote de lixo no interior da habitação, sendo que as restantes (61,5%) não. Estas colocam o lixo num saco que depois é deixado, segundo os mesmos, no caixote do lixo exterior.

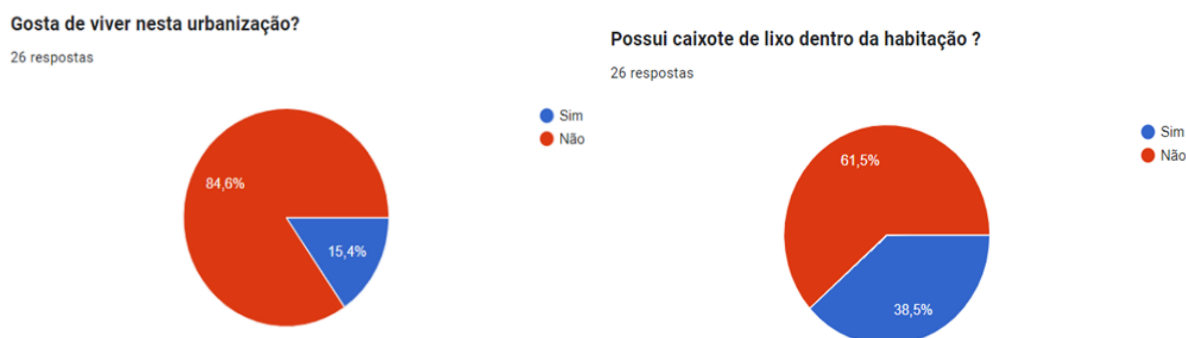


Gráfico 1- Respostas relativas aos questionários aplicados à comunidade

Infelizmente, a Urbanização apresenta outras problemáticas, tais como o elevado número de crianças e jovens em abandono e absentismo escolar, como podemos observar no gráfico 2. Atualmente, das 31 crianças e jovens residentes nas Bétulas, que estão matriculadas este ano letivo na escola, cerca de 16,13%, pertencente ao género feminino, estão em situação de abandono escolar em comparação com os 12,90% das crianças e jovens do género masculino. No capítulo da assiduidade esta é mais prevalente no género feminino. Neste grupo, a assiduidade regular (falta pontualmente, mas sem justificação) apresenta uma taxa de 12,90% enquanto a assiduidade geral é de 3,23%. Este panorama contrasta com o do género masculino que não apresenta taxa de assiduidade geral, possuindo números de assiduidade regular na ordem dos 9,68. Estes dados podem ser observados mais em detalhe nos Gráficos 2 e 3, e nos Quadros 2 e 3.

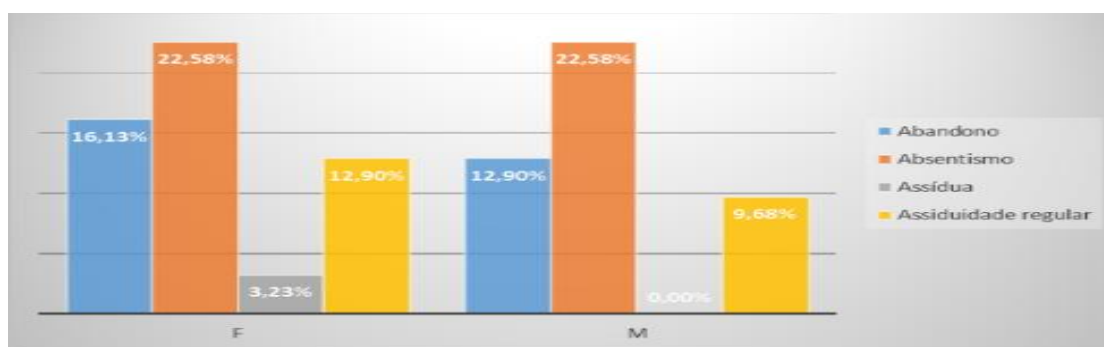


Gráfico 2- Assiduidade, Absentismo e Abandono Escolar (Bétulas)

Género	Abandono Escolar	Absentismo	Assiduidade	Assiduidade Regular	Total
F	5	7	1	4	17
M	4	7		3	14
TOTAL	9	14	1	7	31

Quadro 2- representação da Assiduidade, Absentismo e Abandono Escolar (Bétulas)

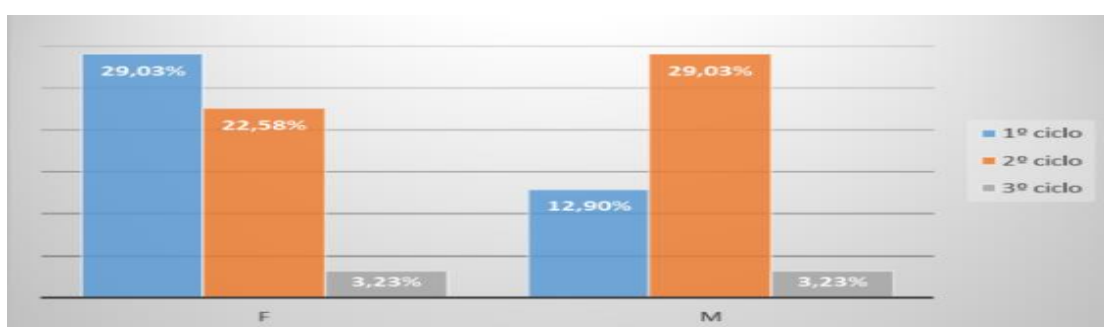


Gráfico 3 - Nível de Escolaridade (Bétulas)

Género	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total Geral
F	29,03%	22,58%	3,23%	54,84%
M	12,90%	29,03%	3,23%	45,16%
Total Geral	41,94%	51,61%	6,45%	100,00%

Quadro 3- Representação do Nível de Escolaridade (Bétulas)

Estas crianças acabam por gastar o seu tempo maioritariamente no exterior das habitações, neste caso em contacto direto com toda esta degradação e acumulação de lixo na Urbanização. Recordo, que num dos momentos de visita, observei várias crianças que deveriam estar na escola, mas que se encontravam a vaguear naquele espaço sozinhas, sem nenhuma supervisão de um adulto. Inclusive numa ocasião vi duas crianças com idades de nove (com défice cognitivo) e cinco anos a arrastarem um objeto de um lado para o outro (uma base de banheira), sem camisola vestida, completamente expostas a inúmeros riscos.

Embora este projeto não esteja diretamente ligado aos fatores e preocupações com a educação, é meu desejo trabalhar esta área futuramente. A verdade é que este fator de insucesso contribui muito para que estas crianças passem a maior parte do seu tempo em contacto direto com os problemas da Urbanização. Compreender as razões dos baixos níveis de escolaridade e do afastamento da escola nestas comunidades passa pelo conhecimento dos processos de socialização e educação familiares e das expectativas e perspetivas de vida, nas quais as relações familiares e redes de sociabilidade *intra-étnica*, a relação com o mercado de trabalho e a forma como se processa a inserção dos/as jovens ciganos/as na vida ativa desempenham um papel fundamental.

Por conseguinte, os valores que orientam o projeto são: a equidade; a intersubjetividade; o interculturalismo; a educação e a alteridade consciente. Estes valores servem para nos posicionarmos em direção a uma visão de uma sociedade que cria condições para que as crianças e jovens passem a frequentar regularmente os Agrupamentos de Escolas do Município de Famalicão, perspetivando o percurso académico de acordo com a sua idade e interesses e, por conseguinte, um lugar no mercado de trabalho.

De forma geral, o que nos indicam os estudos disponíveis em Portugal é que as pessoas ciganas apresentam níveis de escolaridade obrigatória baixos, enquanto a taxa de abandono é alta (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007; Mendes, 2007). As mulheres ciganas

apresentam um nível de escolaridade mais baixo do que os homens, sendo raros os casos em que ultrapassam o ensino básico (1.º ciclo). A mesma situação verifica-se entre ciganos integrados, sob o ponto de vista do exercício de uma profissão por conta de outrem, em que as mulheres têm menos anos de escolaridade do que os homens ciganos (Magano, 2010).

Por conseguinte, se já era difícil alcançar os nove anos de escolaridade obrigatória, com a mudança para os doze anos, em 2009, anteviu-se ainda mais dificuldade para ambos os géneros. Acresce ainda à situação a reprodução de desigualdades de género com o abandono escolar das jovens ciganas que se continua a verificar entre, geralmente, os 11 e os 14 anos de idade. Os jovens do género masculino deixam a escola um pouco mais tarde, em torno dos 16 e dos 18 anos (Mendes, 2012).

Outro dado importante apontado é que metade das famílias dos alunos que frequentam estas escolas é beneficiária do RSI, sendo que uma percentagem semelhante diz respeito a alunos que são acompanhados pela Comissão de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (Abrantes, Mauritti e Roldão, 2011).

Apesar do contexto escolar ter feitos inúmeros avanços no sentido de se preparar para acolher a multiculturalidade de alunos que todos os anos são matriculados nas escolas, por vezes torna-se difícil motivar todos os alunos a gostarem do ensino e colmatar todas as dificuldades que as crianças e jovens manifestam em vários casos.

No que diz respeito às crianças e jovens residentes na Urbanização das Bétulas constata-se a importância das barreiras culturais e etnográficas, nomeadamente na abordagem dos processos de socialização e educação familiares e a sua importância na construção e manutenção da etnicidade cigana, desenvolvendo o que Casa-Nova (2005) define como *habitus étnicos*. Este é medido pela homogeneidade de estilos e oportunidades de vida, sendo incorporado desde a infância e responsável pelas trajetórias de vida das crianças que veem os seus comportamentos e atitudes condicionados (Casa-Nova, 2005). Assim, o ritmo de vida das crianças é pautado pelo ritmo de vida dos adultos nas suas formas de vivência do quotidiano: das feiras, das festas, dos horários das refeições, das horas para dormir, das redes de sociabilidade. As implicações deste e de outros fatores nas perceções espacial e temporal e na organização mental e estruturação de pensamento das crianças traduz-se no processamento cognitivo diferenciado dos modelos padronizados exigidos pela escola e, por consequência, exige intensos processos de reconfiguração do *habitus* para se adaptar à disciplina escolar, tal como nos aborda Bourdieu (2002) “O

conceito de habitus emerge originalmente no contexto e reflexão crítica sobre o papel da escola na reprodução social”.

Por outro lado, o tipo de trabalho desenvolvido, não necessitando de um grau elevado de instrução, aparece aos olhos da comunidade como um trabalho indiferenciado, para o qual saber ler, escrever e fazer cálculos aritméticos simples é suficiente. Como referiu uma jovem que concluiu o ensino secundário e que me acompanhou no processo de efetivação dos questionários na comunidade: “Para muitos o que importa é saber montar tendas e vender nas feiras e qualquer um sabe, não é preciso escola”. De facto, a educação familiar cigana, quanto à relação da escola com o mercado de trabalho, joga um papel fundamental na forma como as crianças e jovens perspetivam o seu futuro académico e profissional, uma vez que estas são precocemente “orientadas” para um tipo específico de trabalho – o de feirante.

As crianças são socializadas para a realização de casamentos em idades relativamente precoces, por comparação com a sociedade maioritária, sendo este também um fator inibidor da frequência escolar prolongada (Casa-Nova, 2006). Consequentemente, esta desvalorização académica por parte de uma franja significativa dos encarregados de educação gera-me preocupação enquanto técnica de serviço social.

Partindo da premissa que é do conhecimento teórico e prático produzido, que se gera uma experiência coletiva, isto é, que se consegue dar algum sentido à prática e gerar sentimentos de segurança e autoconfiança para agir. Segundo nos aborda Granja (2011) que no caso dos assistentes sociais o saber da ação é aplicado em situação, confluindo o social e o relacional. O agir profissional é suportado por esquemas operativos que o assistente social articula antes de atuar em situação, onde se cruzam saberes transversais com as experiências que o profissional foi adquirindo e testando e que Granja (2011) designa por “estruturas sociocognitivas profissionais”. Muitas dessas estruturas são inconscientes, na medida em que o nosso consciente racional não é capaz de ativar todos os esquemas mentais que precisamos para agir numa determinada situação. Mais do que competência no domínio do saber é preciso saber conjugar a competência e o talento para intervir em situações do quotidiano que, no caso específico dos contextos educativos, se caracterizam pela incerteza e pela imprevisibilidade.

Ao refletir sobre estas dimensões da prática cotidiana do assistente social constata-se que muitos dos saberes acabam por ser tácitos, ou seja, ocorrem de forma automática

transformando-se em normas e juízos de valor difíceis de objetivar e vão prevalecendo de forma natural, espontânea. Contudo, o conhecimento abstrato não pode ser descorado, na medida em que permite uma “inteligência prática”, ou seja, agir com maior segurança, sem que corramos o risco de submeter as pessoas a erros ou equívocos. O saber agir significa também saber fazer bem e com competência (Granja,2011).

Como tal, ambiciono criar estratégias para desenvolver o reforço sistemático de uma visão mais otimista em relação ao percurso académico junto dos mesmos e, simultaneamente, criar estratégias e normas comportamentais relacionadas, por exemplo, com a colocação de lixo nos locais indicados na escola, na via pública e nas próprias habitações, juntamente e com o auxílio da escola.

Os moradores também sentem com intensidade o estigma social. Não porque assumam em si individualmente um estatuto desviante, mas porque, por vezes, interiorizam essa imagem pública (rótulo) socialmente desvalorizada que é atribuída aos moradores de Urbanização social no geral. Paugam (1999) argumenta que os estigmas relacionados às condições de vida degradadas ou precarizadas, ganham complexidade teórica na medida em que não são apenas uma forma de se referir a velhos problemas, apontando sim para a temática denominada de nova pobreza, algo que autor designa de **desqualificação social**, no contexto de questões relativas à situação de pobreza e a processos de exclusão do mercado de trabalho. Por sua vez, este processo abrange múltiplas dimensões pelo facto de desvalorizar o carácter multidimensional e evolutivo da pobreza. Se por um lado, a construção conceitual da desqualificação social abrange situações de pobreza, por outro lado, está vinculada a processos de exclusão (Paugam 2003).

Em Portugal os ciganos não são institucionalmente reconhecidos nem como minoria nacional, nem como minoria étnica, não existindo medidas de políticas públicas dirigidas especificamente à comunidade cigana. A postura das instâncias oficiais tem oscilado sobretudo entre o desconhecimento dos modos de vida, a sua dimensão demográfica e seus contributos sociais, culturais e económicos, e o não reconhecimento dos mesmos. Por isso, urge realizar um diagnóstico social profundo que permita delinear medidas ajustadas e gerar transformações sociais.

Na verdade, a inexistência de reconhecimento dos ciganos ou até do seu incorreto conhecimento refletem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferiorização e de desprezo, afetando e restringindo negativamente a vida destas pessoas, o que se configura

como mais uma forma de opressão sobre os ciganos (Taylor, 1998). De forma recorrente, não só o senso comum, mas também as instituições oficiais, continuam a classificá-los como “nómadas”, acusando-os de parasitismo social e económico e atribuindo-lhes comportamentos destrutivos do “edifício social” (Mendes, 2007). As pessoas ciganas são também muito frequentemente responsabilizadas pela deterioração do “clima social” de convivência nos espaços em que residem (Mendes, 2007). De um modo geral, a cultura cigana continua a ser desconhecida e desvalorizada na sociedade portuguesa, persistindo imagens marcadas pela “estranheza” e diferença (Bochaca, 2003).

Prolifera também muitas vezes a ideia de que os ciganos teimam e até de que preferem viver isolados dos outros cidadãos portugueses, numa espécie de micro sociedade à parte, regendo-se por regras e leis próprias (Lopez e Fresnillo, 1995). Por conseguinte, o que vários estudos têm vindo a demonstrar nos últimos anos é que não existe homogeneidade cultural entre os diversos grupos ciganos portugueses e mesmo a descrição de diferentes formas de inserção social, económica e espacial (Mendes, 2007; Nicolau, 2010; Sousa, 2013). Ou seja, verificam-se diferenças entre quem vive a vida de cigano e outros que vivem como os “senhores”, havendo várias nuances em termos de estilos de vida (Magano, 2010).

De salientar, inclusive, que a própria comunidade das Bétulas me relatou, quando apliquei os questionários (inquirida nº12), que: “Nós todos juntos não é bom. Eu gostava de morar em outro sítio onde tivesse pessoas da vossa cultura (...) Nós devíamos estar divididos noutros bairros ou em casas, eu não gosto de viver só com ciganos”.

Foi muito enriquecedor para mim enquanto técnica ouvir e refletir sobre aquilo que foi expresso pelos residentes das Bétulas. Penso que é imperativo realizar-se uma intervenção junto desta comunidade e chamar organismos públicos e parceiros dispostos a ouvir e também refletir sobre as formas como a comunidade sente o estigma de viver num “bairro social” homogéneo e, noutra instância, como sentiu o processo de realojamento. Esta necessidade advém do passo importante que se deu em 2011 no sentido de retirar esta população das barracas onde habitavam, tornando-se “hoje” importante perceber como dotar os mesmos de instrumentos de autossustentação e de cooperação para habitarem neste complexo em condições dignas.

No que diz respeito a políticas sociais e exclusão, é imperativo refletir que a comunidade cigana continua a ser considerado o grupo étnico mais pobre, com piores

condições habitacionais, menos escolarizado e o principal alvo de racismo e de discriminação nas sociedades modernas (Comissão Europeia, 2004; Mendes, 2007; ERRC/Númena, 2007; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007). As medidas e políticas sociais públicas nacionais pautam-se pelo seu caráter universalista e geral, muitas vezes pouco adequadas às características e necessidades básicas desta população.

Relativamente a Portugal, em 1995, foi criado o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), em dependência direta do Conselho de Ministros e que tinha por objetivo “promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.” (Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25).

Mais tarde, em 2007, assiste-se à mudança de designação de ACIME para ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio) - e mais recentemente, em 2014, esta instituição passou a denominar-se ACM - Alto Comissariado para as Migrações (Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro).

Após a aprovação da resolução de 9 de março de 2011, o Parlamento Europeu convidou a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adotar uma estratégia europeia para a integração das pessoas ciganas. Neste contexto, e a fim de garantir a existência de políticas eficazes nos Estados-Membros, o Conselho Europeu propôs a definição de estratégias nacionais de integração das pessoas ciganas ou, no caso de já existirem, a sua adaptação para atingir os objetivos da União Europeia (UE) nesta matéria. Estes objetivos da UE assentam em quatro domínios fundamentais e que são também os eixos-chave que orientam a Estratégia Nacional: o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e à habitação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, Diário da República 1.ª Série, n.º 75).

Apesar de todas as medidas de política social para promover a integração social como, por exemplo, o realojamento habitacional, a escolaridade obrigatória e o rendimento social de inserção, e do interesse manifestado pelo poder político, concretamente a

Comissão Parlamentar de Ética Sociedade e Cultura (2008), as pessoas ciganas continuam a ser globalmente acusadas de não se quererem integrar, caracterizadas por um anacronismo social (Lopes, 2008). Estagnados socialmente e a viver em micro sociedades, regendo-se por regras e leis próprias, as imagens negativas têm feito com que seja a minoria mais rejeitada (Lopez e Fresnillo, 1995).

No plano das práticas socioculturais o modo de vida de alguns ciganos contrasta social e culturalmente face à maioria, na medida em que manifestam um modo de vida designado de “convivialidade” (Mendes, 2007) ou por fazer “vida de cigano” (Magano, 2010). Vivem o presente de forma intensa junto com outros ciganos, quase sempre em família; usam a língua portuguesa e, por vezes, o caló (língua própria e falada no seio da comunidade); na sua maioria são católicos e evangélicos (hoje pensa-se que sejam os predominantes) (Blanes, 2006) e com várias subdivisões evangélicas (Rodrigues, 2009). Para os que fazem “vida de cigano”, as redes de sociabilidade são fortemente *intra-étnicas* (processos e contextos de interação, intimamente ligados à cultura/etnia), manifestando uma preferência por uniões endogâmicas e uma sobrevalorização defensiva do seu quadro de valores e práticas socioculturais, que se demarcam das que caracterizam a população não cigana.

Quanto à habitação social como uma das quatro áreas eleitas pela Estratégia Nacional, entre outros objetivos, é reforçada a necessidade de se promover um acesso não discriminatório à habitação, nomeadamente à habitação social, aspeto fundamental para a integração.

Desde 1993, através da implementação do Plano Especial de Realojamento (PER), concebido como uma solução face às carências habitacionais e com a finalidade última de proceder à erradicação das barracas e ao realojamento das respetivas famílias (Decreto-Lei n.º 163/1993, de 7 de maio), muitas famílias ciganas foram realojadas em bairros de habitação social, permitindo a sua sedentarização e facilitando a convivência quotidiana em contextos interculturais. Esta situação não se verificou na Urbanização das Bétulas, algo que será explanado no decorrer do texto.

De acordo com a informação publicada em RAXEN National Focal Point Housing Conditions of Roma and Travellers, o PER (Programa Especial de Realojamento) contribuiu para a redução dos níveis de segregação dos grupos imigrantes e étnicos (Dias, Farinha e Silva, 2009). Contudo, há aspetos críticos associados a este programa e já

exaustivamente dilucidados, designadamente uma forte concentração de ciganos em habitação social e as situações de vulnerabilidade no pós-realojamento (Guerra, 1994; Malheiros e Mendes, 2007; Pereira et al., 2011).

Entre as várias intervenções habitacionais a nível nacional, algumas iniciativas locais foram especificamente dirigidas a pessoas ciganas, como é o caso do Programa de Realojamento da Urbanização das Bétulas (2009/2011) que foi financiado pelo Programa de Habitações a Custos Controlados (HCC). Este consistiu na construção de habitações, com o apoio financeiro do Estado, através do IHRU que concedeu benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção, e destinaram-se a habitação própria e permanente dos adquirentes ou a arrendamento. Por sua vez, a Câmara Municipal, em cooperação com o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), promoveram habitações a custos controlados. Este programa tinha como objetivo a resolução global de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional, concretizado através da celebração de Acordos de Colaboração entre o Município e o IHRU. Tal como poderá ser analisado em anexo 1.

De forma a perceber melhor o Programa de Realojamento da Urbanização das Bétulas agendei reunião com as técnicas alocadas ao mesmo de forma individual, e em momentos díspares. Estes encontros aconteceram no gabinete de cada uma, no Departamento Urbanístico do Município de Famalicão e de acordo com a disponibilidade das mesmas, tendo ocorrido, de uma forma geral, da parte da manhã e com a duração de uma hora. Estas reuniões tinham como questão principal o objetivo de perceber como havia sido planeado o realojamento das Bétulas, quais os programas existentes, de que forma havia sido preparada a comunidade, quanto tempo foi necessário para a preparar, e, por último, perceber o que foi feito após o período do realojamento no que diz respeito ao acompanhamento da população residente nas Bétulas.

Apesar de algumas memórias não estarem já tão presentes no momento em que conversei com as técnicas, situação completamente legítima face aos anos decorridos, existe um ponto que todas abordaram em comum relativamente à preparação do processo de realojamento. Este “teve de ser planeado com alguma antecedência e bem pensado, de forma que o mesmo fosse um sucesso”. Desta forma, a técnica atualmente responsável pelo departamento urbanístico, relatou que “primeiramente foi feito o levantamento das famílias, no que diz respeito ao número de agregados, e foi analisado e refletido em equipa a forma

como estas deviam ser realojadas porque, na visão da equipa técnica, era importante que as famílias não fossem misturadas. Por conseguinte, as famílias foram dispostas por blocos, situação que se traduziu em cinco blocos onde foram colocadas três famílias distintas (...) os elementos de cada família foram preparados durante meses, através de formações, nomeadamente de economia familiar, higiene, cidadania, problemas de vizinhança e gestão de condomínio. Estas foram programadas e realizadas da parte da tarde para não existir divergências com as dinâmicas da própria comunidade (situação que foi pensada previamente), inclusive tivemos o cuidado de não programar formações nos dias de feira”.

Contudo, quando questionei elementos da comunidade (inquérito nº18) sobre o realojamento, os mesmos referiram que “sim, houve formação, eu até fui algumas vezes, mas eu já sabia como era viver numa casa porque antes de vir me juntar ao meu marido eu já vivia numa casa, mas aquelas aulas foram boas para muita gente, eles é que às vezes não iam”. Outro relato mencionou que “nós estávamos tão felizes por ir viver numa casa que nem vimos que isto não ia ser bom, juntar todos no mesmo sítio. Com o tempo começaram as coisas a estragar-se todas porque um faz o outro vai atrás”.

Apesar de ter existido em 2009/2010 este cuidado de ir ao encontro da comunidade, nas suas dinâmicas e horários para a realização das formações, continua a ser ainda hoje imperativo ouvir a comunidade e, em conjunto com os mesmos, criar estratégias e desenvolver competências para empoderar toda a população para um projeto de vida, tendo em consideração a idade e necessidades. A criação de outras expectativas para o presente e futuro, assim como fortalecer os vínculos familiares e proporcionar um espaço habitacional mais limpo e agradável que não coloque em risco a saúde pública, permitirá a promoção da integração na sociedade, assim como a construção de uma relação de cooperação com as entidades públicas para fazer face aos problemas.

3.2. A Urbanização das Bétulas

Localizada numa das zonas periféricas da cidade de Vila Nova de Famalicão, paredes meias com os caminhos-de-ferro, a Urbanização das Bétulas situa-se na rua Joaquim de Azuaga, freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão. Nasce de um programa de realojamento, com fundos da União Europeia, cujo objetivo foi a integração social e económica da comunidade cigana.

Este programa de realojamento acontece após cerca de 34 anos de ocupação de terreno, junto aos caminhos férreos da estação, por cerca de 35 agregados familiares, representando 130 elementos da comunidade cigana. Estes viviam em barracas cuja estrutura, em alguns casos, era de madeira ou de tijolos, maioritariamente sem divisórias, pelo que os quartos, sala ou cozinha se confundiam em algumas das mesmas, tal como podemos perceber nas imagens seguintes (Figura 2).



Figura 2- Ilustração do pré-realojamento **Fotos de Nelson D’Aires – 1º Lugar serie de retratos do Prémio da Estação/imagem. 2011** - Exemplos de casa em madeira sem divisões (esquerda.), casa com paredes de tijolos e divisões (centro), e casa de paredes de tijolos sem divisões entre quartos (direita)

Segundo as técnicas que na altura fizeram o levantamento dos dados dos agregados familiares e prepararam todo o processo de realojamento, a maioria das famílias tinham cuidado com a limpeza, arrumação e zelo pelo interior das suas habitações, mas o mesmo já não acontecia no exterior. Contudo também testemunharam agregados familiares que não conseguiam zelar nem o interior nem o exterior. Por conseguinte, essa era uma lacuna/dificuldade a ser trabalhada/colmatada com os mesmos.

Tendo presente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, especificamente o art.º 17, pontos 1 e 2, onde se lê que “(...) todo o ser humano tem direito à propriedade”, a criação de condições de acesso a uma habitação condigna por parte dos estratos populacionais com escassez de recursos económicos constitui uma prioridade não só da política governamental no setor da habitação, como da Administração Local e Regional que se propôs a combater as situações de grave carência habitacional percebidas nas barracas clandestinamente ocupadas pela pessoas da comunidade cigana.

Deste modo, o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, criado pelo Decreto-lei n.º 135/2004, de 3 de junho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de março - veio solucionar este panorama de grave carência habitacional com a cooperação e conjugação de esforços entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação

Urbana (IHRU) e o Município, nomeadamente o apoio financeiro e técnico necessário à promoção do programa habitacional. É importante referir que o apoio assumiu a forma de comparticipação a fundo perdido concedidas pelo IHRU.

Assim, de acordo com o art.º 5 do Decreto-Lei n.º135/2004, de 3 de junho, o IHRU e o Município de Vila Nova de Famalicão celebraram o Acordo de Colaboração ao abrigo do PROHABITA, no qual o Município comprometeu-se a atribuir, no ano de 2010, habitações condignas e adequadas a cerca de trinta agregados familiares residentes no respetivo território, atribuídas em regime de renda apoiada ou em regime de propriedade resolúvel (nos termos dos D.L. n.ºs 166/93 e 167/93, ambos de 7 de maio), procedendo, para tal, à sua construção em regime de custos controlados. Sendo de ressaltar que, de acordo com a cláusula oitava do acordo de Colaboração, o Município tem a obrigatoriedade de, durante os quinze anos de vigência do regime especial de alienação, não vender aos arrendatários, nos termos do art.º 28 e seguintes do D.L. n.º 135/2004.

No que diz respeito ao valor total do investimento necessário para cumprimento do objetivo, estimou-se em 2.076.305€ (dois milhões, setenta e seis mil trezentos e cinco euros).

Do valor indicado, o Município beneficia de financiamento num valor máximo total estimado em 1.661.045€ (um milhão, seiscentos e sessenta e um mil e quarenta e cinco euros), nos seguintes termos:

- a) Até 622.892€ (seiscentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e dois euros) sob forma de comparticipação a fundo perdido a conceder pelo IHRU.
- b) Até 1.038.153€ (um milhão, trinta e oito mil cento e cinquenta e três euros) sob forma de empréstimo bonificado a conceder pelo IHRU, diretamente ou através de uma instituição de crédito que com ele tenha celebrado protocolo a que se refere o n.º 2 do art.º 9 do D.L. n.º 135/2004.

A data de início da sua construção foi setembro de 2008, tendo sido inaugurado e habitado em dezembro de 2010, colocando desta forma fim às barracas na cidade. Nas palavras do então Presidente da Câmara, Dr. Armindo Costa, este “foi um passo histórico ao nível da Reabilitação Urbana em Famalicão”. Na Figura 3 é possível observar a planta do projeto de Urbanização das Bétulas (Figura 3), o qual, foi-lhe atribuído o “Prémio Construção 11”, tal como podemos observar na Figura 4.



Figura 3- Projeto da Urbanização das Bétulas. Imagem- Fonte: IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana)



Figura 4-." Prémio Construção 2011" Edição 23/12/2011 Correio do Minho

Segundo duas técnicas, com as quais dialoguei acerca deste projeto, com o intuito de perceber como foi trabalhada e preparada a população para o programa de realojamento, as mesmas referiram que este foi antecipadamente preparado por toda uma equipa técnica do município através do levantamento dos dados relativos aos agregados familiares, inclusive reunindo com a figura central da comunidade. Este era um senhor de fácil relação, com um a postura bastante assertiva, descrito pelas técnicas e pela comunidade como um sexagenário que, de forma muito lúcida, conseguia chegar com enorme respeito e apreço à comunidade, tendo por isso sido um mediador informal e um enorme aliado para chegar às pessoas de forma a recolher os dados e sensibilizá-las para toda a preparação do realojamento.

Ressalva-se que, segundo o testemunho de um funcionário da Câmara, que, entretanto, se reformou: “Se por um lado foi muito importante tirar as pessoas na altura das barracas e colocá-las em casas com outras condições, era importante ter sido auscultada a

comunidade sobre as habitações, mas o que aconteceu foi que o projeto foi delineado por técnicos em Lisboa que não tinham uma real perceção da realidade. Não me parece que colocar a comunidade toda junta, num beco, de forma homogénea, seja a solução para trabalhar a inclusão. Entregar a chave de uma habitação por si só não chega (...).”

O Departamento de Ação Social do Município desenvolveu ações de formação e sensibilização junto da comunidade, com objetivo de transmitir noções de tarefas básicas como a utilização de um frigorífico, a limpeza de alguns materiais, formas práticas e assertivas de fazer a higiene habitacional, entre outros temas relacionados com a habitação e higiene pessoal.

Segundo o relatório realizado pela técnica que esteve na dinamização de algumas ações de formação em 2009, três vezes por semana no período da tarde, os técnicos deslocavam-se até aos caminhos férreos da estação, concretamente às barracas de acampamento clandestino para dar formação e aconselhamento às mesmas, contudo constatavam que a maioria das pessoas que compareciam nas sessões eram mulheres.

As presenças eram obrigatórias, porém nem sempre os objetivos da presença/permanência dos agregados eram alcançados. A estratégia utilizada para conseguir trabalhar os mesmos passou por sensibilizar todos para o facto de as presenças serem obrigatórias e que só quem estivesse presente nas sessões iria beneficiar de habitação.

Após ter dialogado com as técnicas, refleti acerca da mais-valia que teria sido já na altura existir um Mediador Municipal, dando continuidade ao projeto de Mediação Intercultural nos Serviços Públicos (MISP) e ao projeto de Mediadores Municipais que decorreram entre 2009 e 2015, intervenção financiada e apoiada pelo Governo Português. Na sua génese este programa procura melhorar o acesso das pessoas ciganas aos serviços e equipamentos locais, bem como promover a igualdade de oportunidades, o diálogo intercultural e a coesão social por meio da colocação de mediadores ciganos nas Câmaras Municipais. Considero que tanto na altura como atualmente a presença desta pessoa/figura poderia ter sido uma mais-valia não apenas na sensibilização para a frequência nas formações, mas também no reforço e implementação das práticas lecionadas e adquiridas nas sessões, para além de que é alguém que tem um conhecimento abrangente da forma como a comunidade se organiza.

Foi deste contexto excecional que emergiu o envolvimento dos moradores no programa de realojamento. Um detalhe, reportado, com entusiasmo, pela técnica, foi

efetivamente o dia/momento do realojamento de cada família na Urbanização, momento inclusive que teve de ser antecipadamente pensado e preparado pelos técnicos e que passou por três importantes fases. A primeira foi a verificação do número de presenças nas ações de formação, seguida do auxílio aos agregados para tirar tudo da sua habitação (barraca) e da assinatura do contrato de alojamento/arrendamento na Urbanização pelo chefe de família (Anexo 2) e logo de seguida era demolida a barraca (como forma de impedimento do retorno do agregado à mesma); por fim o momento de entrada na “nova” habitação.

No que diz respeito ao contrato de alojamento onde se identificava o agregado familiar, nomeadamente o nome e a identificação civil, este foi celebrado sob o Regime de Renda Apoiada e estabeleceu algumas condições como: I- Objetivo; II- Prazo - arrendamento de duração limitada início (01/01/2011), celebrado pelo prazo de cinco anos; III- Preço Técnico - valor conforme estabelecido no artigo. 4º D.L. n.º 166/93, de 7 de maio, atualizado anualmente e automaticamente; IV- Renda Apoiada - valor determinado pela aplicação da taxa de esforço do rendimento mensal do agregado familiar (segundo o art.º 5 do D.L. n.º 166/93) havendo de ser paga nos 8 dias subsequentes ao vencimento, nos serviços da Tesouraria (Município V.N.F.); V- Atualização- atualizado anualmente com base na variação percentual, podendo ainda ser reajustado com base nos rendimentos declarados pelo inquilino (com base no ponto 5, 6, 7 e 8 explícitos no contrato); VI- Indeminização Moratória; VII- Utilização do Fogo/habitação; VIII- Obras nas habitações – o inquilino fica proibido de fazer obras no exterior ou interior sem consentimento prévio do senhorio (Município); IX- Obras de conservação/manutenção das partes comuns - serão da responsabilidade do senhorio, apenas não serão se as “reparações forem resultantes de comportamentos indevidos ou negligentes” por parte do inquilino; X- Direitos do Inquilino; XI- Deveres do Inquilino; XII- Estado do fogo no termo do arrendamento; XIII- Resolução do contrato; XIV- Mobilidade; XV- Legislação aplicável; XVI- Pacto de aforamento; XVII- Aceitação do contrato.

Este contrato foi assinado pelas duas partes e entregue duplicado ao respetivo inquilino. Quanto ao valor da renda apoiada nos primeiros meses de realojamento (valores que se alteraram logo no segundo mês para alguns agregados, dado o facto de ter existido alteração nos rendimentos apresentados pelos mesmos), estes situavam-se num intervalo entre os 4,75€ e os 140, 46€ (valor máximo pago apenas por um agregado ocupante de um T4). No que diz respeito ao Preço Técnico: T1- 187,15€; T2- 255,05€; T3- 323,56€; T4-

354,25€, valores que vão sendo atualizados anualmente de acordo com os pontos acima mencionados. Tal como pude obter informação, atualmente o valor máximo de renda apoiada é de 56,07€, o valor médio é de 13,38€ e valor mínimo continua a ser os 4,75€ tal como poderá ser observado no Anexo 3. De reter que, segundo informação da técnica atualmente responsável pelo Departamento Urbanístico, “nenhum agregado familiar/inquilino tem regularizado o pagamento de renda. É certo que uns mais cumpridores que outros, contudo todos em dívida”.

Um outro detalhe importante é que as famílias do mesmo agregado ficavam no mesmo bloco, tentando desta forma impedir que os agregados ficassem espalhados pelos restantes blocos e, ao mesmo tempo, evitar possíveis desavenças entre agregados. Relativamente a este ponto refleti sobre o facto de haver separação em blocos por famílias ser efetivamente uma forma de integração ou não. Isto porque me parece que, não só a comunidade se manteve segregada territorialmente, como se segregaram famílias, quando o desejável seria uma interculturalidade, permitindo uma interação com outras realidades/culturas, porque efetivamente é na interação com outras formas/posturas de estar que o ser humano tem oportunidade de aprender/adotar novos hábitos e, por conseguinte, se desenvolver, tal como acontece em duas das urbanizações do Município (Cal e Lameiras), onde são notórios os benefícios desta interação.

Esta Urbanização conta com 30 habitações/fogos (três T1, oito T2, treze T3 e seis T4) distribuídas por cinco blocos de quatro pisos, construção que venceu um prémio em dezembro de 2011, atribuído pelo Instituto da Habitação Urbana (IHRU).

A construção detinha um gabinete de apoio social que, durante algum tempo, nomeadamente até final de 2014, funcionava para apoiar as famílias, no sentido de dar retaguarda na organização de algumas responsabilidades públicas e privadas e necessidades emergentes como, por exemplo, pedidos de apoio à segurança social, resolução de faturas em atraso ou pagamento de faturas, marcação de consultas nos centros de saúde e assegurar que toda a população, em especial as crianças e jovens, cumprissem o plano de vacinação.

Para além disso, as técnicas tentavam consciencializar os pais para a importância da educação escolar no presente e futuro dos seus filhos, e a respetiva assiduidade, apoiando na realização das matrículas atempadamente, prevenindo assim os organismos públicos (CPCJ) de terem de tomar medidas mais restritivas e impositivas face às crianças.

Porém, a comunidade privilegia a socialização e educação familiar cigana no que diz respeito à construção de estilos e oportunidades de vida, evidenciando-se a importância de um *habitus étnico* (Casa-Nova, 1999, 2002). Isto é, a grande maioria dos pais ciganos não desvalorizam a educação, vista como um pilar extremamente central na vida das famílias ciganas, mas a educação não é para a comunidade um sinónimo de ensino escolar formal.

Contudo, este gabinete, que representava um importante apoio, acabou por ser ocupado, por volta desse mesmo ano (2014), por um agregado familiar que vivia no 3º andar no qual, segundo relatado pela técnica, um elemento mais velho havia tido um problema de saúde que condicionou a sua mobilidade funcional. Por conseguinte, depois de um período de internamento no hospital, no regresso à Urbanização, ocupou “forçosamente” o gabinete porque este se encontrava no rés-do-chão e dessa forma seria mais fácil a acessibilidade em cadeira de rodas. Na altura, dadas as circunstâncias, as técnicas não mostraram resistência, perspetivando encontrar uma solução posteriormente, mas o problema foi-se arrastando e deixando assim esta comunidade ao seu próprio cuidado e sem retaguarda que consiga fazer um trabalho de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A própria Câmara Municipal, percebendo que com esta situação estaria a condicionar o bem-estar de todo um agregado, não ofereceu resistência, porém consciente que seria primordial dar continuidade de acompanhamento e auxílio em todas as diligências necessárias a toda a comunidade das Bétulas. Contudo, a única solução/resposta da Câmara até ao momento são as visitas de técnicos de ação social e educação que, na medida do possível, vão assegurando um grupo restrito de cerca de 16 agregados, por sua vez, têm mais que uma criança/jovem a frequentar o ensino básico/secundário.

Segundo reporte da TIL, que acompanha os agregados acima mencionados, fazendo assim o paralelismo/mediação entre a escola e os agregados, aborda que no que diz respeito as condições de existência, os mesmos são “todos desempregados de longa duração e beneficiários do RSI (em muitos casos há mais de 10 anos). Há uma família que, paralelamente, se dedica ao negócio da feira, mas não assume que o seja permanentemente. Há duas famílias que se dedicam ao negócio da sucata, mas também afirmam que não é uma atividade contínua”. Sendo estas famílias abrangidas por RSI, têm a obrigatoriedade de assegurar a educação, saúde e bem-estar dos seus filhos. Situação que por vezes se torna

muito difícil de assegurar levando, em alguns casos, os departamentos públicos (CPCJ e outros) ao sistemático reforço das medidas e sanções (corte no RSI). Segundo a técnica “a forma que atualmente é utilizada para que se consiga sucesso académico nas crianças e jovens é o corte do RSI a quem estiver em incumprimento, isto é, não o corte total do agregado, mas sim, o corte de valor de RSI da criança/jovem, que não esteja a frequentar a escola”.

Como já mencionado, a solução/resposta da Câmara de Famalicão ao problema do gabinete de apoio social na Urbanização das Bétulas foi as visitas de dois técnicos da área da Educação (TIL), e o atual técnico do Departamento Urbanístico do Município, outrora do Departamento de Ação e Apoio Social (GAAS).

A Técnica de Intervenção Local é Licenciada em Educação Social, desempenha competências profissionais no Agrupamento Camilo Castelo Branco, com um maior impacto de atuação na Turma Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), onde faz a ponte entre a escola e os agregados familiares, através do apoio e reforço junto dos mesmos para o cumprimento do ensino obrigatório. Tem uma ligação muito direta com a Urbanização das Bétulas porque maioritariamente os alunos da turma PIEF fazem parte da comunidade. Por sua vez, o atual técnico do Departamento Urbanístico do Município possui Mestrado em Psicologia, desempenha funções técnicas nomeadamente na área da habitação do Município de V. N. Famalicão.

Infelizmente, na atualidade, esta Urbanização demonstra enorme estado de degradação, perfeitamente visível perante o olhar de quem lá passa. Problemas ligados às infraestruturas, isto é, problemas de condições sanitárias higiénicas e de saúde pública, tais como torneiras e autoclismos que perdem constantemente água, portas com humidade, chegando inclusive a potenciar o aparecimento de baratas e bichos da madeira. Uma das situações que mais me preocupou foi o facto de, numa das habitações (inquérito nº25), ter observado o local de uma botija de gás muito próxima do fogão, sem esquecer que os tubos de ligação ao fogão estavam expostos, criando assim inúmeros perigos para as quatro crianças de 2 a 11 anos de idade, assim como o restante agregado que ali reside. Pude também aqui observar alguma acumulação de lixo no interior da habitação, sem existência de um caixote, aliás o saco de lixo estava aberto à entrada da mesma.

Contudo e tal como abordou o técnico do Departamento Urbanístico, “...as habitações na sua maioria estão limpas e organizadas no interior, no entanto, o exterior

estão mais desleixadas...o que se percebe é que a presença da equipa melhora significativamente a limpeza...a ausência de modelos positivos é fator preponderante nesta comunidade”.

Situação visível nas imagens da Figura 5, tiradas por uma residente (inquirida nº9).



Figura 4- Ilustração da realidade da Urbanização

Tal como podemos perceber nas imagens, são evidentes os problemas associados à humidade e mau estado de conservação dos espaços, situação que provoca involuntariamente o aparecimento de ratos e ratazanas entre outros animais, que proliferam e colocam em perigo iminente todos os habitantes e a saúde pública (maior incidência de problemas respiratórios, alergias entre outros). Quando questionada a comunidade sobre este aspeto, os mesmos relataram de forma unânime que a Urbanização não é um lugar agradável para viver, colocando indiretamente a culpa “nos outros”, sem uma real perceção que a mudança não está “nos outros”, mas em todos, e que começa com cada um de forma individual.

No que diz respeito ao lixo doméstico, a produção do mesmo está internamente ligada às rotinas domésticas e a hábitos de consumo, maioritariamente na alimentação. Independentemente de o agregado cozinhar muito ou pouco, é aqui que a maior parte do

lixo se produz, lixo este que, como pode observar, em algumas habitações, é colocado em sacos plásticos no chão à porta das mesmas.

O lixo se acumula em todas as áreas circundantes da Urbanização, mas de maneira mais evidente na lateral esquerda da mesma, que deveria ser usada para estacionamento (Figura 1). Esse cenário descrito, inevitavelmente, amplia diversas problemáticas para todos os moradores, relacionadas principalmente a questões de saúde pública, como: propagação de doenças patogênicas, intimamente ligada ao fato de que o lixo acumulado atrai insetos, roedores e outros vetores de doenças; poluição do ar, especificamente pela liberação de gases tóxicos, como metano (CH₄), amônia (NH₃), ácido sulfídrico (H₂S) e gases orgânicos voláteis (VOCs), agravando problemas cardiovasculares e respiratórios, como asma e bronquite; contaminação da água.

Por outro lado, existem impactos psicossociais, incluindo ansiedade e problemas psicológicos, decorrentes do ambiente insalubre e da sensação de desvalorização geral da Urbanização, bem como da autoestima dos indivíduos que ali residem.

Para eliminar o problema da acumulação de lixo na Urbanização, várias medidas devem ser consideradas pela comunidade em geral, tais como: educação e conscientização; coleta regular de lixo em locais específicos; promoção da reciclagem; instalação de infraestruturas adequadas, como lixeiras estrategicamente posicionadas; programas de limpeza comunitária das áreas compartilhadas; fiscalização e incentivo à participação em atividades de limpeza comunitária; apoio social e melhoria das condições habitacionais.

O desenvolvimento sustentável na Urbanização deve ser abrangente, contemplando aspetos biológicos, sociais e ambientais, priorizando uma comunidade mais saudável, consciente e com um senso de pertencimento ao seu ambiente residencial.

Neste sentido é imperativo, criar estratégias para desenvolver/empoderar a população para um projeto de vida de acordo com as suas necessidades, criando outras expectativas para o presente e futuro, assim como fortalecer os vínculos familiares, proporcionando um espaço habitacional mais limpo e agradável, que não coloque em risco a saúde pública e permita promover uma integração na sociedade. Bem como, construir uma relação de cooperação com entidades públicas para fazer face ao problema do excesso de resíduos urbanos.

4. POPULAÇÃO A QUEM SE DIRIGE O PROJETO

A preparação de um projeto estruturado e exequível carece de uma caracterização diagnóstica devidamente estruturada que permita, de acordo com a população alvo, uma recolha adequada de dados.

Com base em todos estes princípios/argumentos surge assim a minha proposta de intervenção, na Urbanização das Bétulas onde residem cerca de 47 agregados familiares (segundo informação reportada recentemente por uma técnica), com idades compreendidas entre os quatro meses de idade e os noventa anos, distribuídos da seguinte forma: seis pessoas seniores, estando todas aposentadas; quarenta e um adultos titulares dos agregados familiares com idades compreendidas entre os dezanove anos e os sessenta e nove anos; cinquenta e nove crianças e jovens (filhos destes agregados) com idades compreendidas entre os quatro meses e os dezoito anos, (vinte e seis do género feminino e trinta e três do género masculino). Tal como pode ser percecionado nos gráficos abaixo (Gráficos 4 e 5).

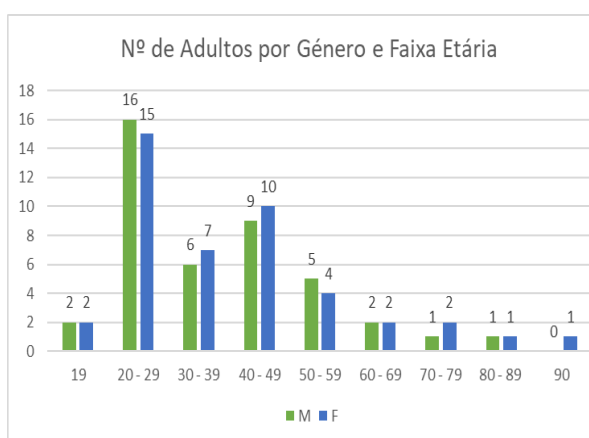


Gráfico 5 - Caracterização demográfica da comunidade adulta.

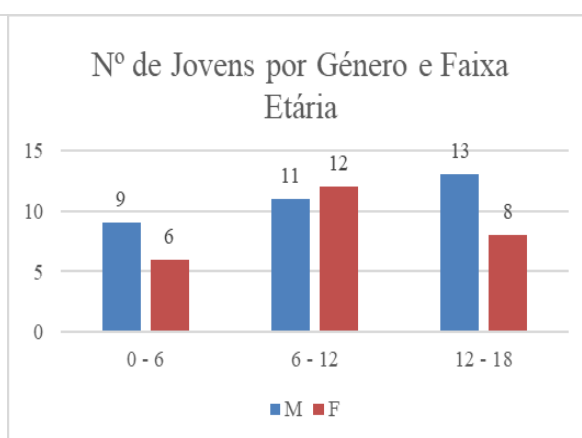


Gráfico 4 - Caracterização demográfica da comunidade jovem.

No que diz respeito às condições de existência destes agregados familiares, estas pessoas são maioritariamente apoiadas por políticas públicas que visam assegurar as condições mínimas de subsistência a pessoas e famílias em risco de exclusão social e profissional, ou que se encontrem numa situação de grave carência económica. Sessenta e oito destes indivíduos pertencentes aos agregados familiares aqui apresentados encontram-se em situação de desemprego (Gráfico 6).

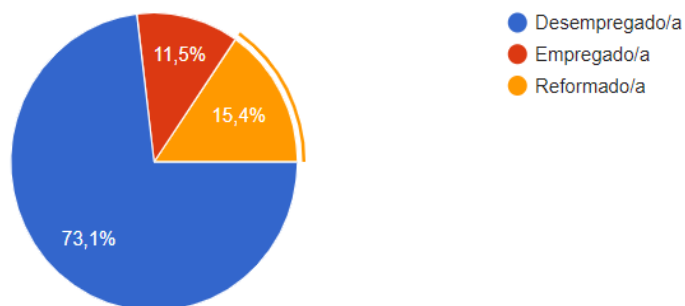


Gráfico 6 - Situação face ao emprego.

No que diz respeito às crianças e jovens, 50 estão inseridas no sistema de ensino (Gráfico 2), sendo que 11 estão em abandono escolar e nove estão inseridas na turma PIEF, para reduzir os números de abandono escolar. Esta é uma medida socioeducativa adotada depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar e que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social conferindo uma habilitação escolar de 2º e 3º ciclo.

Criado em 1999, o PIEF é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e destina-se a menores em situação de abandono escolar ou de exploração laboral, que estão sob forte risco de exclusão social.

O objetivo é proporcionar às crianças e jovens uma oportunidade para completarem a escolaridade obrigatória e assim obterem uma certificação escolar e profissional (Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, 4 de setembro de 2012).

Em 2012 o programa foi alterado, passando a designar-se Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF)- tendo como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas. O objetivo passa pela prevenção e combate ao abandono e ao insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens (Diário da República, 1.ª série, n.º 171, 4 de setembro de 2012). Esta medida tem obtido algum sucesso, principalmente ao nível da inserção e retorno de jovens de ambos géneros de etnia cigana ao sistema educativo.

Contudo, e tal como referido anteriormente, a comunidade cigana privilegia a educação familiar em detrimento de um percurso académico satisfatório, levando várias jovens a casarem-se precocemente aos dezasseis anos e a pedir junto das entidades públicas a emancipação, para assim serem retiradas do sistema de ensino e não terem de obrigatoriamente o frequentar até aos dezoito anos. Isto leva ao comprometimento das aprendizagens formais e informais, estando assim inaptos a ser inseridos no mercado de trabalho, gerando uma “bola de neve”, porque não tendo outra forma de subsistência, são apoiados apenas pelas políticas públicas de solidariedade, nomeadamente RSI, tal como podemos visualizar no Gráfico 7.

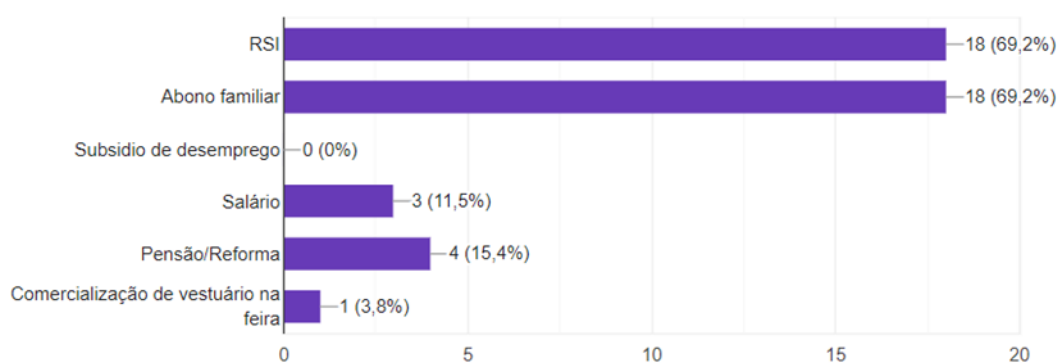


Gráfico 7 - Tipos de rendimentos da comunidade.

Com efeito, dentro das minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa, a comunidade cigana continua a ser aquela que apresenta, para os atuais três ciclos de ensino obrigatório, um menor índice de aproveitamento escolar, embora este resulte grandemente do elevado absentismo existente dentro da comunidade. Apesar de se constatar que os índices de analfabetismo diminuíram das gerações mais velhas para as gerações mais novas, esta diminuição não apresenta, no entanto, uma progressividade linear, existindo atualmente jovens situados na faixa etária entre os 15 e os 25 anos que, tendo já abandonado o sistema de ensino, possuem apenas a frequência do 1º ou do 2º ano do primeiro ciclo do ensino básico.

Através destes fatores também é possível analisar que a comunidade passa a estar muito fechada sobre si mesma, apesar deste não ser o desejo intrínseco de vários moradores, porque vários foram os relatos, aquando dos questionários, que asseguravam (inquirida nº12): “Eu gostava de morar junto com outras pessoas como vós, como os do

bairro das Lameiras. Lá é muito melhor, lá até alguns trabalham na associação (...). Possivelmente, o estabelecimento de relações heterogêneas permitiria a aquisição de outros hábitos e aprendizagens, como critérios de limpeza nas habitações e nos espaços públicos, a separação do lixo, o correto uso de ecopontos, ou até o simples ato de dispor na habitação de um balde para colocação de lixo, aprendizagens estas que por vezes são adquiridas quando estamos integrados em sociedade.

Do ponto de vista social existem “efeitos perversos” da centralização espacial de uma população socialmente e culturalmente homogênea, nomeadamente a segregação residencial, provocando por vezes um crescimento exponencial de comportamentos desajustados, desviantes e de estigma social. Por exemplo, num determinado momento, aquando de uma visita à Urbanização, estando eu acompanhada pela TIL, pude constatar respostas violentas e um clima de insegurança entre a comunidade. Inclusive quando questionei a população se se sentia segura e pedi que o avaliassem na escala de 1 a 5, de uma forma geral, responderam que não se sentiam seguros e que os motivos tendem grandemente a ser explicados pelo facto da população ser homogênea, tal como podemos visualizar no Gráfico 8.

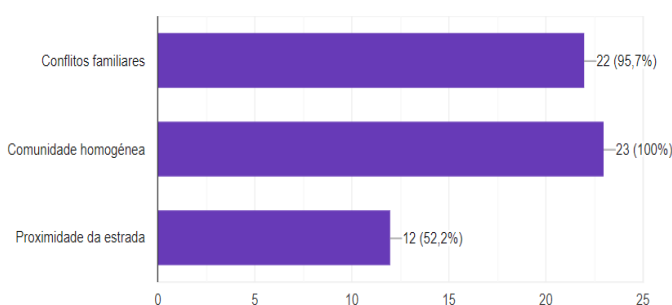


Gráfico 8- Fatores que contribuem para o sentimento de insegurança

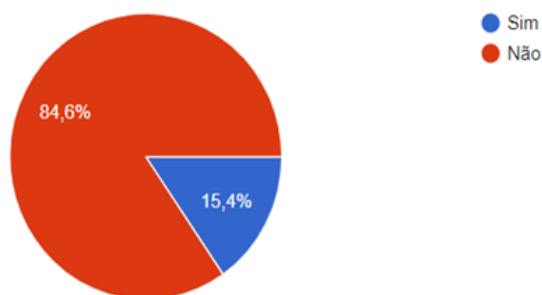


Gráfico 9- Grau de satisfação habitacional

Uma das questões colocadas no inquérito à população era se, atualmente, gostavam de viver na Urbanização. A maioria das respostas (84,6%) foi no sentido negativo sendo que apenas 15,4% dos inquiridos referiu que sim, tal como podemos visualizar acima no Gráfico 9.

Na sua maioria os membros da comunidade expressaram que gostariam de estar espalhados por outras Urbanizações, com interação com outras culturas, e que a única vantagem de viver na Urbanização das Bétulas era estar próximo da cidade e de todas as respostas da mesma, nomeadamente a escola, os hipermercados, o centro de saúde e o cemitério, tendo dois elementos referido que não viam qualquer vantagem em viver ali (Gráfico 10)

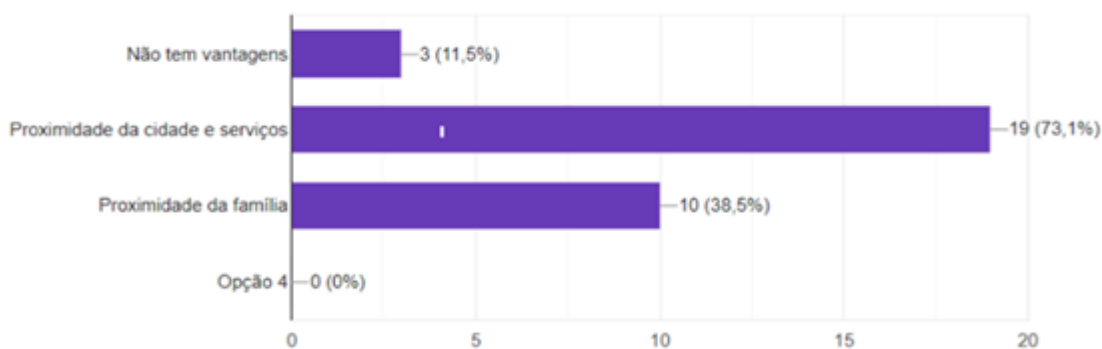


Gráfico 10 - Perspetiva da comunidade sobre as vantagens de residir nas Bétulas

Por outro lado, e no que diz respeito às infraestruturas, pareceu-me imperativo ouvir na primeira pessoa o sentimento da comunidade, de forma a perceber o que realmente sentem falta (Gráfico 11). De uma forma geral, segundo os moradores, existe urgência na criação de condições de cobertura em cada bloco para proteger da chuva; necessidade de isolamento térmico; falta de luz nos postes de eletricidade que estão colocados na Urbanização; melhoria nas rampas de acesso aos blocos/habitações; faltam contentores de lixo nas extremidades de cada bloco e na área envolvente da Urbanização; necessidade de colocação de rampas na estrada de forma a que os condutores que ali passam reduzam a velocidade; proceder a uma desinfeção na Urbanização, nomeadamente na zona de implementação de cada bloco; nomear um responsável para auxiliar na limpeza e manutenção da Urbanização; criação de um gabinete de apoio às famílias.

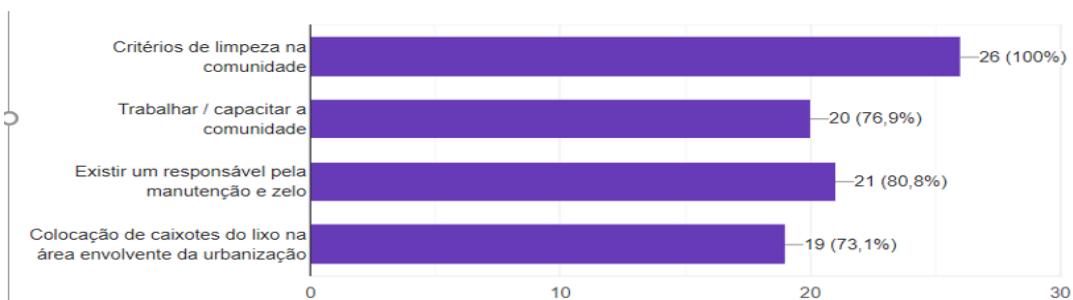


Gráfico 11 - Medidas propostas pela comunidade.

Devo dizer que pude observar todas estas problemáticas e compadecer-me de cada uma delas. Mas vou ainda mais longe e defendo também a necessidade de criar condições para os habitantes, que, pelas mais variadas circunstâncias, possuem mobilidade reduzida e cujo auxílio está comprometido. Caso surja um episódio que necessite do auxílio dos bombeiros com uso da maca, o processo será bastante dificultoso, bem como o simples uso de canadia nas ou cadeira de rodas, isto porque não existe nenhum tipo de elevador e as escadas foram construídas com uma angulação que dificulta o transporte de macas em casos de necessidade, tal como pode ser observado nas imagens que se seguem na Figura 6.



Figura 6- Demonstração da falta de acessibilidades - Fonte: <https://architizer.com/projects/urbanizacao-das-betulas/projecto/> Jorge Maia

Por conseguinte, é primordial uma intervenção junto desta comunidade, através da criação de sinergias com organismos públicos e parceiros estratégicos dispostos a inverter esta realidade, proporcionando a toda a comunidade um local apropriado ao desenvolvimento físico e cognitivo. Se em 2011 foi um passo importante realojar esta população das barracas onde habitavam, no presente afigura-se importante dotar os mesmos de instrumentos de autossustentação e de cooperação para habitarem neste complexo em condições dignas.

5. FINALIDADE E OBJETIVOS DO PROJETO

A principal finalidade deste projeto visa mobilizar meios e encontrar soluções para algumas das problemáticas já referidas anteriormente:

- Proporcionar um espaço mais limpo e harmonioso para as muitas crianças que residem no Urbanização das Bétulas.
- Promover o bem-estar habitacional e critérios de limpeza e desinfecção.
- Desenvolver nesta população um sentido de pertença e zelo à Urbanização.

Tal como explanado no decorrer do projeto, numa dimensão global, a justificação para implementar este projeto passa maioritariamente por desenvolver competências nos moradores da Urbanização das Bétulas, na perspetiva de proporcionar a toda a comunidade um espaço mais limpo e mais seguro. Acima de tudo, quero desenvolver nas crianças que ali moram um interesse pela separação do lixo, para além de sensibilizar e educar para o hábito de colocar o lixo nos respetivos recipientes e não no chão.

Objetivo Geral

Dotar a comunidade de instrumentos de gestão, assim como de apropriação e sentido de pertença à Urbanização, de forma a proporcionar na população em geral um espaço limpo e apropriado para o seu desenvolvimento.

Objetivos Específicos

1. Equipar o espaço residencial do Urbanização das Bétulas com dois ecopontos nas duas extremidades, até ao final de 2023.
2. Promover uma sessão de limpeza por mês nos espaços coletivos da Urbanização das Bétulas, envolvendo assim os moradores com o auxílio dos colaboradores da câmara (departamento do ambiente).
3. Promover uma sessão com atividades práticas, semanalmente, nas escolas do ensino básico, que foquem a importância da limpeza e cuidado a ter na separação do lixo.
4. Realizar uma sessão/reunião, uma vez por mês, de esclarecimento e sensibilização para o zelo do espaço habitacional (Urbanização), assim como proporcionar momentos de auscultação aberto a toda a comunidade da Urbanização das Bétulas, a realizar no espaço usado para culto. Sempre que possível, e de acordo com a ordem de trabalhos,

ou de acordo com os interesses expressos pela comunidade, nas sessões serão dinamizadas atividades/formação, exemplo (Apêndice 2).

5. Depois de 3 meses de intervenção do projeto, pelo menos 40% das famílias intervencionadas realizam alguma forma de reciclagem incluída nas suas rotinas diárias.

6. IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

A primeira etapa do projeto é convidar toda a comunidade residente na Urbanização das Bétulas, em conjunto com algumas figuras públicas e Departamentos Camarários para uma sessão/reunião de forma a poder auscultar a população, com o intuito de aprofundar o diagnóstico social. Como tal, para esta sessão, defini que o melhor local possível seria um espaço junto às Bétulas e que é frequentado e usado como espaço de culto (religioso), dado o facto deste espaço ser respeitado e zelado pela comunidade. Para esta sessão decidi também convidar figuras publicas distintas quer pelas suas trajetórias profissionais, quer pelo envolvimento no que diz respeito ao presente projeto, e que na minha perspetiva darão um reforço positivo à comunidade. São eles:

- O capitão do FC. Famalicão, figura pública com mérito reconhecido e que nasceu e viveu grande parte da sua vida numa Urbanização social que foi uma das mais problemáticas do concelho e que atualmente é uma referência de sucesso: a Urbanização das Lameiras. Penso que, pelas mesmas problemáticas, muito se assemelha à Urbanização das Bétulas e, assim, pode na primeira pessoa dar um testemunho real sobre a mudança de comportamentos e o impacto dos mesmos no presente e futuro de toda a comunidade e gerações vindouras.
- O Presidente da Câmara e o respetivo vereador do pelouro do Envolvimento Integrado e da Manutenção do Espaço e o responsável pelo Departamento Urbanístico e Habitação. A sua presença surge no sentido de chamar as entidades públicas para as problemáticas da Urbanização e ao mesmo tempo criar uma parceria com este organismo, e, por último, pelo seu estatuto de figuras públicas contribuir para dar um reforço positivo à comunidade.
- Técnica Interventora Local TIL na área da Educação, que por sua vez desempenha já um trabalho de excelência e de proximidade com a comunidade da Urbanização das Bétulas. Estou certa de que a sua presença na sessão dará um reforço muito positivo e de encorajamento para a mudança de comportamentos.
- Repórteres FamaTV, bem como da Cidade Hoje (canais de informação existentes no concelho) para fazerem uma reportagem, dando cobertura ao lançamento do projeto.

Neste sentido e para implementação das estratégias acima descritas será necessário estabelecer alguns contactos e ações importante a serem realizadas:

- Estabelecer contacto com a Câmara Municipal e respetivo Departamento do Ambiente para falar sobre o projeto e fazer o convite para a sessão de esclarecimento e divulgação do mesmo junto da comunidade da Urbanização das Bétulas.
- Estabelecer contacto com o jogador do Futebol Clube de Famalicão, de forma a fazer o convite para estar presente na sessão de divulgação do projeto e apelar ao mesmo para falar da sua experiência.
- Estabelecer uma data e hora (dependerá, da agenda e respetivos compromissos das figuras públicas acima descritas).
- Estabelecer contacto e convidar para a sessão os técnicos do Departamento Urbanístico, e a técnica a trabalhar na área da Educação.
- Pedir autorização para usar o espaço junto à Urbanização das Bétulas onde se celebram as reuniões de oração e respetivos cultos.
- Dirigir-me a todas as habitações, nomeadamente a respetiva comunidade para formalizar o convite, reforçando a importância da presença no evento.
- No que diz respeito à sessão decidi, primeiramente, apresentar um PowerPoint à comunidade com dados recolhidos sobre os agregados familiares, os sentimentos expressados pela mesma que fazem menção à atual experiência na Urbanização das Bétulas. De seguida, penso apresentar o projeto, os seus objetivos no que toca à intervenção, mas essencialmente ouvir os moradores e tentar fazer alianças com os mesmos de forma a tornar sustentáveis os objetivos já aqui descritos. Defini também que irá existir um momento de *coffee break* aberto a todos.
- Estabelecer uma data e horário para uma segunda reunião, desta vez essencialmente com os moradores.
- Procurar parcerias estratégicas, sendo que, neste arranque inicial, sobretudo com a Câmara Municipal e respetivos departamentos fundamentais.

Numa fase seguinte, e com maior brevidade possível, será necessário pedir a colocação de ecopontos na extremidade da Urbanização das Bétulas, de forma a apelar para a separação do lixo e correto uso nos mesmos.

Seguidamente, e de acordo com a planificação das atividades a propor à comunidade das Bétulas, já numa perspetiva de sensibilizar e trabalhar junto das crianças para a mudança de hábitos e critérios de limpeza dos espaços, irá ser proposto junto da escola e dos respetivos docentes que possam introduzir nas aulas de cidadania atividades práticas de sensibilização para a colocação do lixo nos contentores e a separação dos resíduos e materiais, para além de sensibilizar para a importância e impacto ambiental da separação mesmo. Podem ser percebidas alguns exemplos de atividades (apêndice 2)

Como estratégia de divulgação do projeto, convidarei os respetivos canais de comunicação (jornais e FamaTv), de forma a chamar atenção toda a sociedade em geral e dar relevo e reforço positivo junto da população. Para além da divulgação nos jornais, será feita uma reportagem, através do canal FamaTv na Urbanização das Bétulas, com a respetiva comunidade. Está perspetivada acontecer três meses após o início da implementação do projeto e ocorrerá, de acordo com o plano de atividades, na mesma época em que acontecerá a realização/construção de uma árvore de Natal ecológica, a ser construída com material reciclado no átrio da Urbanização.

Com esta reportagem pretende-se conseguir dois objetivos principais: o primeiro é inculcar na população que a sua mudança de atitude terá impacto na vida de cada um, assim como na esfera social; e o segundo é chamar a atenção dos organismos públicos para as problemáticas da Urbanização e desta forma conseguir obter mais facilmente o apoio destes.

É extremamente importante a população compreender que a sua mudança de atitude pode mudar também a forma como a sociedade interage com a comunidade e desta forma facilitar a interação entre todos.

Seguidamente será apresentado em forma de quadro (4), o plano de atividades, passando seguidamente para o planeamento das atividades no quadro (5).

6.1. Plano de atividades

Objetivo específico	Ações	Tarefas	Responsáveis	Recursos
1	Limpeza mensal	- Limpeza da área envolvente e circundante à Urbanização	- Técnico de ação social - Moradores - Colaboradores camarários	- Transporte de resíduos da Câmara Municipal (ou entidade parceira) - Pulverizador de desinfetante
2	Colocação de Ecopontos	- Fazer pedido à Câmara Municipal e respetivo departamento ambiental	- Técnico de ação social	- Envio de e-mail/carta registada com pedido de reunião presencial
3	Aprendizagem/Sensibilização na escola, junto das crianças	- Exemplificação de separação de resíduos com atividades práticas (ex. anexo 4)	- Técnico de ação social - Docentes - Assistente operacional de ação educativa	- Pequenos ecopontos - Objetos exemplificativos de resíduos existentes devidamente lavados com antecedência
4	Ação de sensibilização/reunião junto dos moradores	- Pedir autorização do uso do espaço - Solicitar presença ocasional do representante do departamento do ambiente da Câmara Municipal	- Técnico do departamento urbanístico - Técnico de ação social - Moradores - Vereador do Ambiente	- Envio de e-mail ou contacto telefónico direcionado ao representante do espaço de culto - Envio de e-mail/carta registada direcionada ao Departamento Camarário solicitando uma reunião presencial.

Quadro 4- Plano de atividades a desenvolver

6.2. Planejamento das Atividades

Ações	2023						
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Ação 1							
Ação 2							
Ação 3							
Ação 4							

Quadro 5- Planejamento das Atividades

6.3. Planificação das atividades da Ação 3

Fases da atividade:	Descrição detalhada:	Duração (Mensal):	Recursos:
Introdução	A sessão decorrerá em ambiente de sala de aula, se possível envolvida no plano curricular da disciplina de Cidadania. Os alunos estarão dispostos em círculo para uma melhor interação e acompanhamento da atividade.	10'	Materiais e humanos
Desenvolvimento	<p>1ª Atividade: desenvolver com a colaboração de todos os alunos, um ecoponto em cartão. No final incentivar os alunos, em conjunto com os encarregados de educação, a fazerem outro ecoponto em casa para uso próprio.</p> <p>2ª Atividade: ensinar /relembrar as categorias a que pertence cada objeto e fazer a devida separação.</p> <p>3ª Atividade: sensibilizar para a política dos três R's (reduzir, reutilizar e reciclar) e fazer uma atividade prática (árvore de natal ecológico) com objetos reciclados (canudo do papel higiénico)</p>	40'	<p>Materiais e humanos</p> <p>1ª Caixas de cartão, tintas, cola, tesoura e pincel.</p> <p>2ª Objetos para reciclar, folhas de papel e caneta.</p> <p>3ª Canudos do papel higiénico, cola e tintas.</p>
Conclusão	No final da sessão fazer um resumo da importância da atividade executada em aula. Ter um espaço de perguntas/respostas, oferecendo uma figura ilustrativa (<i>emojis</i>) a quem responder corretamente.	10'	Folhas com o desenho de <i>emoji</i> sorridente.

Quadro 6- Planificação das atividades da Ação 3

6.3.1. Exposição das atividades da ação 3:

1ª Atividade- Proposta de construir um ecoponto em cartão de forma a ensinar conseguir fazer um em conjunto com os encarregados de educação, para ter nas suas casas.

- 1º Passo: antes da aula, será pedido a cinco crianças para levarem uma caixa de sapatos e quatro caixas quadradas (como por exemplo as que contêm as resmas de papel) e pedir a mais seis crianças para trazerem algum material à escolha (lixo).
- 2º Passo: irá ser disposta a turma em círculo, enquanto se explica o que é um ecoponto, a sua finalidade e a sua importância. Explicar o porquê das cinco caixas e como é feita a separação dos materiais e respetivas cores associadas.
- 3º Passo: será exemplificado o corte no cimo de cada caixa de forma a depois colocar o material para reciclar.
- 4º Passo: serão pintadas as caixas de acordo com as cores dos ecopontos (azul, verde, amarelo, preto e vermelho).
- 5º Passo: serão convidadas as crianças que trouxeram os materiais para os colocarem no respetivo ecoponto, percebendo desta forma se a mensagem ficou clara.
- 6º Passo: por último, convidar as crianças a fazer um ecoponto com os pais e tirar uma foto para posteriormente enviar para a professora, que a colocará num painel na escola de forma a sensibilizar toda a comunidade escolar e geral.

2ª Atividade- Aprender a categoria a que pertence cada objeto e fazer a separação.

No seguimento da elaboração do ecoponto feito anteriormente em sala de aula.

- 1º Passo: tal como na atividade anterior será pedido às crianças que tragam de casa um objeto que possa ser colocado num dos ecopontos, assim como uma lista de quatro nomes de objetos que encontraram no lixo doméstico e que possam/devam ser colocados nos outros quatro ecopontos, sendo que cada nome de objeto deve ser escrito numa pequena folha de forma a poder ser inserido no ecoponto feito anteriormente.

- 2º Passo: a sala será disposta mais uma vez em círculo, sendo que no centro do círculo estarão os ecopontos já feitos na atividade anterior.
- 3º Passo: pedir a todas as crianças (uma de cada vez) que se levantem e que coloquem o objeto que trouxeram e as quatro folhas no ecoponto que acharem ser o correto. Segue-se a respectiva explicação caso exista algum engano ou desconhecimento de onde deve ser colocado determinado objeto.
- 4º Passo: será questionado a todas as crianças se têm dúvidas. Perguntar se há algum objeto que não saibam onde se coloca.
- 5º Passo: terminar a atividade fazendo uma chuva de nomes de objetos e perguntar onde se colocam; quem acertar em mais recebe um desenho com o “*emoji* sorridente”.

3ª Atividade: sensibilizar/educar para a política dos três R’s (reduzir, reutilizar e reciclar) e fazer uma atividade prática (árvore de Natal ecológica) com objetos reciclados (canudo do papel higiênico).

- 1º Passo: tal como foi proposto em todas as atividades anteriores será pedido anteriormente que as crianças tragam de casa 17 canudos do papel higiênico que foram recolhendo ao longo dos dias de forma a posteriormente explicar a política dos três R’s e fazer uma atividade ligada ao mês e à época de Natal (altura em que esta atividade se vai realizar). Deve alertar-se os pais que as crianças irão fazer uma atividade com tintas, portanto é importante terem uma indumentária apropriada para se poderem divertir a fazer atividade.
- 2º Passo: deverá colocar-se as crianças dispostas em círculo na sala de forma a passar o melhor possível a informação sobre a política dos três R’s (reduzir, reciclar e reutilizar) através do canudo do papel higiênico que as crianças recolheram e trouxeram de casa. Devem colocar-se as mesas existentes no centro da sala de forma que as crianças possam colocar os canudos que posteriormente vão usar na atividade.
- 3º Passo: será explicada a atividade que será feita através do material reciclado e de que forma será reutilizada para fazer uma árvore de Natal simples, bonita, para ser colocada em casa.

- 4º Passo: irá ser proposto às crianças pintar 15 canudos de verde e dois de castanho, deixar secar um pouco e dispor os dois canudos ao alto de forma a serem usados como base da árvore; seguidamente, deverão construir em forma de pirâmide os canudos verdes e depois de secos para colocar em cima da base dos castanhos.
- 5º Passo: convidar as crianças a, em casa e em conjunto com os pais, decorar a árvore dando exemplos como: fazer uma estrela para o cimo da árvore com algo reciclado ou colocar bolas na árvore dentro dos canudos. Deixar os enfeites à imaginação de cada família e depois pedir para tirar uma foto para ser colocada num quadro na escola.

6.4. Planificação das atividades da Ação 4

Fases da atividade:	Descrição detalhada:	Duração (Mensal):	Recursos:
Introdução	A sessão irá acontecer na sala usada para culto, localizada junto às Bétulas. Irá ser mantida a disposição da sala em plateia. A sessão começará com uma breve apresentação sobre a importância da tomada de medidas e mudanças no que diz respeito à limpeza e zelo do complexo habitacional. Esta será dinamizada pela Assistente Social em conjunto com os Técnicos de intervenção local	10'	Materiais e humanos
Desenvolvimento	<p>1ª Sessão: esclarecimento/apresentação de novas práticas a ser implementadas no complexo habitacional.</p> <p>2ª Sessão: sensibilizar para a política dos três R's (reduzir, reutilizar e reciclar) e incentivar para a correta separação do lixo doméstico (explicar as respetivas instruções para o uso de ecopontos e respetivo contentor de lixo).</p> <p>3ª Sessão: elucidar acerca do conceito “monstros”, o que são e onde colocar.</p> <p>4ª Sessão: Apresentação/sugestão de construção na Urbanização de uma árvore de Natal gigante, comunitária, a ser executada/contruída com materiais reciclados (garrafas plásticas). Dar abertura para a discussão de outras ideias ou sugestões.</p> <p>5ª Sessão: execução do projeto da “árvore de natal ecológica” aberto á toda a comunidade residente nas Bétulas.</p> <p>6ª Sessão: avaliação das práticas adotadas pelos moradores e junto dos mesmos definir estratégias de melhoramento a ser implementadas.</p>	40'	Materiais e humanos Computador Projektor 5ª sessão: base de guarda sol, pistola de cola quente e recargas para a mesma.
Conclusão	No final da sessão fazer uma análise da importância dos temas abordados e uma abertura para o debate “chuva de ideias”.	10'	Materiais e humanos.

Quadro 7- Planificação das atividades da Ação 4

6.4.1. Exposição das atividades/espço para reunião e esclarecimento ação 4

1ª Sessão: esclarecimento/apresentação de novas práticas a ser implementadas no complexo habitacional.

- 1º Passo: será feito convite/pedido para que um representante do Departamento Urbanístico do Municipal (depois de já ter sido feita reunião com os organismos da Câmara Municipal sobre o projeto de intervenção na Urbanização) possa disponibilizar para estar presente na primeira reunião que será realizada na primeira quinta-feira do mês, junto dos residentes do complexo habitacional, de forma também a que a Câmara se mostre atenta aos problemas ligados à Urbanização/moradores e assim se estabelecerem compromissos de parte a parte (Câmara Municipal, moradores e técnico).
- 2º Passo: será feito com uma visita a todas as habitações do complexo habitacional, entregando um *flyer* com um convite para uma reunião que será aberta a toda comunidade. Será na primeira quinta-feira de cada mês às 15h, no espaço de culto a 50mts do completo habitacional. Na respetiva entrega dos convites será aproveitado para ir recolhendo junto dos habitantes alguns dados ilustrativos dos problemas que cada família vive/sente em relação à falta de higiene e espaços de lazer na Urbanização. Dados estes que serão apresentados na primeira reunião e usados como “motor” para a mudança de paradigma.
- 3º Passo: será feita a reunião com a disposição da sala tal como se encontra nos momentos de culto. O técnico irá receber os moradores à entrada de forma a acolher cada um o melhor possível e assim orientar as pessoas para se sentarem o mais à frente e estarem o mais confortáveis possível.
- 4º Passo: o/a técnico/a fará abertura e introdução ao tema que chama a todos àquele espaço/momento e seguidamente será dada a palavra ao representante camarário. Seguidamente e o mais ordenadamente possível será dada a palavra aos moradores, para assim alicerçar estratégias.
- 5º Passo: será estabelecido com os residentes, tal como já havia sido solicitado por dois agregados familiares da Urbanização o dia e hora a que irá dar-se início à primeira recolha, limpeza e desinfeção na Urbanização (a limpeza do lixo exposto na lateral esquerda da Urbanização, assim como no átrio), pedindo desta

forma colaboração e auxílio a todos, reforçando que o técnico também estará presente de forma a agilizar e colaborar nas tarefas que assim se mostrarem necessárias.

- 6º Passo: será novamente reforçada a ideia de que a mudança de cada um será de enorme valor e recompensa para todos e principalmente para as crianças que desenvolvem a sua socialização e desenvolvimento na Urbanização, bem como o enorme impacto positivo que terá na vida de todos e cada um. Terminaremos depois a reunião apelando à presença de todos na reunião seguinte que acontecerá na primeira quinta-feira de cada mês, sempre no horário já definido, às 15h.
- 7º Passo: o técnico irá para a saída agradecendo mais uma vez a presença de todos e reforçando o pedido de colaboração para a respetiva limpeza.

2ª Atividade: sensibilização para a política dos três R's (reduzir, reutilizar e reciclar) e incentivar para a correta separação do lixo doméstico e respetivas instruções para uso de ecopontos.

- 1º Passo: estabelecer previamente contacto (presencial ou telefónico) com os habitantes, reforçando o convite para a reunião (mensal) e o quanto é importante a presença de todos.
- 2º Passo: tal como anteriormente, o/a técnico/a irá receber as pessoas à entrada, agradecendo e convidando a sentarem-se o mais à frente possível.
- 3º Passo: a reunião irá começar pelo espaço de diálogo com os habitantes de forma a perceber como estão a mudar/alterar os seus comportamentos, procurando compreender o que ainda pode e deve ser alterado, bem como auscultar o que sentem face à primeira limpeza na Urbanização.
- 4º Passo: será apresentado um PowerPoint de sensibilização sobre a importância da reciclagem, através da política dos três R's (reduzir, reciclar e reutilizar), tentando assim perceber junto da população alguma dúvida que exista face ao tema e aos objetos que podem e devem ser reciclados e de que forma devem ser separados e colocados no ecoponto.
- 5º Passo: será aberto o debate de forma ordeira, eliminando alguma dúvida existente; será importante reforçar o quanto é vital compreender, tanto “hoje”

como no futuro, a melhor forma de tratar o lixo que produzimos, reforçando a importância do correto uso e seleção nos respetivos ecopontos.

- 6º Passo: irá ser feito o convite para auxiliar na segunda limpeza e desinfeção na Urbanização, limpeza esta que acontecerá todos os meses; bem como convidar para a próxima reunião, na qual será abordada o conceito de “monstros”, suscitando assim a curiosidade junto da população.
- 7º Passo: o técnico deverá dirigir-se à saída cumprimentando e reforçando o agradecimento pela presença de cada um.

3ª Atividade: elucidar acerca do conceito “monstros”: o que são e onde colocar.

- 1º Passo: estabelecer contacto (presencial ou telefónico) com os habitantes, reforçando o convite para a reunião (mensal) e o quanto é importante a presença de todos.
- 2º Passo: tal como anteriormente, o/a técnico/a irá receber as pessoas à entrada, agradecendo e convidando a sentarem-se o mais à frente possível.
- 3º Passo: a reunião irá começar pelo espaço de diálogo com os habitantes de forma a perceber como estão a mudar/alterar os seus comportamentos, saber o que ainda pode e deve ser alterado, bem como perceber o que sentem face à limpeza na Urbanização e se ainda se observam animais roedores (ratos e ratazanas) no local, desta forma avaliando se a desinfestação tem sortido ou não o efeito desejado.
- 4º Passo: Apresentação de um PowerPoint explicativo daquilo que são os “monstros” domésticos, isto é, eletrodomésticos avariados e que são, dependendo da sua dimensão, monstros, bem como o impacto ambiental que provocam. Este tema foi escolhido pela importância que tem, mas também porque numa das visitas à Urbanização foi percebido pelo técnico a presença de vários eletrodomésticos avariados abandonados no átrio da Urbanização; e o facto de se ter encontrado duas crianças a arrastar um frigorífico de pequena dimensão de um lado para o outro. Deve aproveitar-se este mesmo exemplo para explicar que esta atitude coloca em perigo as crianças e população em geral da Urbanização e que estes eletrodomésticos podem ter um “fim feliz” e útil.

- 5º Passo: pegando na expressão usada acima - “dar um fim feliz e útil” aos eletrodomésticos avariados -, devemos informar que estes eletrodomésticos podem ser oferecidos aos bombeiros voluntários do concelho, uma vez que estes conseguem adquirir obter alguma rentabilidade na venda dos mesmos. Explicando, portanto, aos habitantes que a sua atitude pode ser de uma enorme generosidade para com a corporação de bombeiros que exerce um trabalho meritório na sociedade e no concelho em especial. Pequenas mudanças de atitude podem ter um enorme impacto na vida de muitos e é importante capacitar a população para estas informações e mudanças de comportamento.
- 6º Passo: desmistificar alguma dúvida que possa existir face ao tema exposto e dar espaço a um debate ordeiro.
- 7º Passo: o técnico deverá dirigir-se à saída cumprimentando e reforçando o agradecimento pela presença de cada um.

4ª Atividade: Apresentação/sugestão de construção na Urbanização de uma árvore de Natal gigante, comunitária, a ser executada/construída com materiais reciclados (garrafas plásticas). Deve, contudo, deixar-se abertura para a discussão de outras ideias e sugestões.

- 1º Passo: estabelecer contacto com os habitantes (presencial ou telefónico) anteriormente reforçando o convite para a reunião (mensal) e o quanto é importante a presença de todos
- 2º Passo: tal como anteriormente, o técnico irá receber as pessoas à entrada, agradecendo e convidando a sentarem-se o mais à frente possível.
- 3º Passo: a reunião irá começar pelo espaço de diálogo com os habitantes de forma a perceber se têm interagido com as crianças que compõem o agregado de muitas das famílias que residem na Urbanização e que estão no ensino básico. Deve perceber-se junto da população como estão a viver e a sentir este trabalho desenvolvido na escola.
- 4º Passo: aproveitando o facto de nesta fase se aproximar a época natalícia, sugerir uma atividade a ser feita com toda a comunidade das bétulas e perceber se esta sugestão é bem acolhida ou não.

- 5º Passo: a ser bem acolhida, deve propor-se a construção de uma árvore de Natal no átrio da Urbanização com garrafas de plástico e perceber se existem outras sugestões.
- 6º Passo: partindo do princípio que a sugestão de atividade foi aceite e tal como já havia sido percecionado pela técnica nas visitas à Urbanização, a comunidade residente da Urbanização tem por hábito um enorme consumo de sumo, nesta perspetiva irá ser pedido a toda a comunidade que quando os consumirem em vez de deitar ao lixo, passarem as embalagens por água e reservarem para assim as usar para a construção da referida árvore, pois porque a construção desta depende do número de garrafas conseguidas.
- 7º Passo: desmistificar alguma dúvida que possa existir face à atividade exposta e mais uma vez dar espaço a um ordeiro debate. Por último convidar a todos os presentes para auxiliar a executar atividade de construção da árvore de Natal no átrio das Bétulas, assim, como estabelecer que a reunião deixara de acontecer e o que passa para a manhã (10h) do primeiro sábado do mês. (será alterado se as condições climatéricas não permitirem).
- 8º Passo: à saída, como é habitual, o técnico irá cumprimentar a todos e reforçar o agradecimento pela presença de cada um.

5ª Atividade: execução do projeto de “árvore de Natal ecológica” aberto à comunidade em geral residente nas Bétulas

- 1º Passo: estabelecer contacto com os habitantes anteriormente (presencial ou telefónico), reforçando o convite para a execução da construção da árvore de Natal no átrio da Urbanização e reforçar que a sua presença é importante (será alterado se as condições climatéricas não permitirem).
- 2º Passo: o técnico desloca-se ao complexo habitacional, trazendo consigo uma base metálica, por exemplo, a de um guarda-sol. Juntamente com a população será escolhido o melhor local para a construção da árvore, idealmente encostada ou próxima da parede de forma a proporcionar a máxima segurança para todos.
- 3º Passo: reunir as garrafas reaproveitadas pelos habitantes e a explicar a proposta para a construção da mesma. Esta implicará a disposição as garrafas na horizontal, com as bases expostas para fora, colocadas em círculo e

sucessivamente construindo uma pirâmide que vai ligeiramente encolhendo, sendo que em determinada altura serão cortadas de forma a reduzir faseadamente até ao cimo. Para a sua junção será usada cola quente.

- 4º Passo: serão usadas as partes das garrafas cortadas para fazer decorações a colocar na árvore. Deve pegar-se nos gargalos das garrafas cortadas e fazer cortes à volta destes de forma a assemelhar-se a uma flor, posteriormente colando na árvore.
- 5º Passo: arrumar e limpar todo o espaço envolvente à árvore e colocar tudo que sobrou no respetivo ecoponto.
- 6º Passo: convidar a população a zelar pela árvore e se quiser colar outros adereços, deixando assim espaço à imaginação e estabelecendo que, na segunda-feira seguinte, passará para tirar foto ao resultado final.
- 7º Passo: terminar, agradecendo o empenho de todos e apelando mais uma vez ao zelo do Urbanização e respetiva árvore reciclada.

6ª Atividade: avaliação das práticas adotadas pelos moradores e junto dos mesmos definir estratégias de melhoramento a ser implementadas.

- 1º Passo: será estabelecer contacto com os habitantes (presencial ou telefónico) anteriormente, inclusive pelo facto de, dado o período de férias, não ter sido feita reunião no mês anterior, reforçando o convite para a reunião (mensal) e o quanto é importante a presença de todos
- 2º Passo: tal como anteriormente, o/a técnico/a irá receber as pessoas à entrada, agradecendo e convidando a sentarem-se o mais à frente possível.
- 3º Passo: a reunião irá começar pelo espaço de diálogo com os habitantes de forma a perceber se houve algum retrocesso nos comportamentos, face à recolha de lixo e higiene da Urbanização, deve perceber-se o que ainda pode e deve ser alterado, bem como auscultar o que sentem face à limpeza na Urbanização e se têm sentido algum impacto na vida de cada um.
- 4º Passo: serão novamente estabelecidas estratégias para continuar a ter bons comportamentos, face ao tratamento dos resíduos domésticos. Mais uma vez reforçando que os sacos do lixo doméstico não devem ser colocados no chão, bem como resíduos que contenham líquido. Explicando que o facto de os sacos

conterem grande quantidade de líquido possibilita o vazamento para o chão, propagando o aparecimento de animais indesejados.

- 5º Passo: desmistificar alguma dúvida que possa existir face ao tema exposto e dar espaço a um debate ordeiro.
- 6º Passo: o técnico, tal como é habitual, deverá dirigir-se à saída cumprimentando e reforçando o agradecimento pela presença de cada um.

6.5. Parcerias

De forma a implementar a o plano de atividades, será necessário estipular/contactar um número de parcerias estratégicos, entre as quais:

- Câmara Municipal e respetivo Departamento Urbanístico.
- Departamento Educação do Município
- Funcionários camarários ligados à limpeza e manutenção dos espaços públicos do concelho.
- Equipa de proteção civil do concelho.
- Rede Social- Comissão Inter-freguesias de Antas e Calendário.
- PROFIT- Projeto de Vila Nova de Famalicão para a integração territorial.
- Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco e Agrupamento D. Sancho I.
- Respetivos moradores da Urbanização das Bétulas.
- Pastor da congregação religiosa e de culto, implantada junto às Bétulas.
- PSP de V.N. Famalicão
- PASEC (Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais)

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento fundamental na intervenção, pois é através da mesma que é possível obter os dados de eficiência e eficácia do projeto.

No que diz respeito ao plano de avaliação deste projeto, este será percebido através de vários fatores, sendo os mesmos:

- Assiduidade nas reuniões/sessões de esclarecimento que fazem parte do plano de intervenção.
- Grau de interação da comunidade nos dias/datas estabelecidos para a limpeza e desinfecção da Urbanização (mensal).
- Contabilização das habitações que têm na sua entrada caixotes de lixo.
- Avaliação do uso dos ecopontos, assim como da correta separação dos resíduos.
- Após seis meses da implementação do projeto será feito um questionário/inquérito (Apêndice 4), junto de todos os agregados familiares residentes na Urbanização de forma a adquirir dados quantitativos sobre o projeto, assim como o sentimento da comunidade face ao mesmo.
- Depois de recolher os questionários e analisar todos os dados quantitativos e qualitativos, os resultados serão apresentados nos jornais do Concelho (Cidade Hoje e Opinião Publica, e Povo Famalicense).

Segundo Silva (2017), “o processo de avaliação deve ser formulado em torno de três níveis de atuação: autoavaliação, avaliação interna e externa. Na autoavaliação, a equipa promotora deve procurar as respostas para melhorar a perceção da própria equipa de execução sobre os resultados da sua ação. Na avaliação interna, devem ser envolvidos os intervenientes diretos (executores e beneficiários) das ações, proporcionando a participação ativa dos mesmos na realização da avaliação em causa. Quando há lugar a uma avaliação externa propriamente dita, a equipa de avaliação externa deve atuar como um consultor e facilitador para a dinâmica dos processos, procurando uma certa coincidência das suas perspetivas de atuação com a equipa do terreno do projeto”.

7.1. Análise dos resultados pretendidos com a implementação do projeto (6 meses).

Resultados que se pretendem obter	Indicadores /critérios de avaliação	Fatores externos ou pré-requisitos de êxito
<p>Correta separação e uso dos ecopontos em 50% da população</p> <p>Correta adoção de critérios de limpeza e zelo da Urbanização em 80% da população</p> <p>Crianças e jovens felizes a brincar na Urbanização, com objetos adequados por ex.: jogar a bola, andar de bicicleta, correr. E a colocarem o lixo nos recipientes próprios (caixote do lixo).</p>	<p>Cerca de 80% de presença dos habitantes/ comunidade nas sessões de sensibilização.</p> <p>Empenho e colaboração nas ações de limpeza que irão decorrer mensalmente de cerca de 80% dos habitantes/comunidade.</p> <p>Reportagem a ser expressa nos jornais locais, onde expresse publicamente a colaboração e compromisso dos habitantes/ comunidade, assim como dos parceiros locais e entidades publicas.</p>	<p>Percecionar urbanização com caixotes do lixo distribuídos pela Urbanização e cerca de 80% da área envolvente limpa e desinfetada.</p> <p>Percecionar os carros no local de estacionamento e não na rua.</p> <p>Deixar de encontrar eletrodomésticos avariados nas zonas envolventes da Urbanização.</p>

Quadro 8- Resultados

CONCLUSÃO

Quando pensei “desenhar” e planificar um projeto de desenvolvimento comunitário, desde o primeiro momento defini que o mesmo seria na Urbanização das Bétulas.

São vários os motivos, contudo destaco duas razões principais: a primeira porque reconheço que é imperativo ser feito um trabalho de consciencialização na população, assim como uma mudança da realidade existente na Urbanização (pobreza, falta de critérios de limpeza, zelo dos espaços, estado de degradação das infraestruturas das habitações, insucesso escolar, consumo e tráfico de estupefacientes em idades muito precoces); a segunda razão, porque, o elevado número de problemáticas neste local levaram-me a muitas visitas ao mesmo, conduzindo ao desenvolvimento de um enorme apreço por esta população. Isto, aliado ao facto de fazer voluntariado na loja social e REFOOD, onde precisamente muitos dos residentes da Urbanização se encontram a ser apoiados, tal levou inevitavelmente à criação de laços e a um desejo enorme de mudar algumas realidades.

Para obter os dados sociofamiliares da comunidade aqui explanados no projeto, escolhi aplicar um questionário à comunidade, depreendi que a intervenção deve ser feita através de um diagnóstico o mais aprofundado possível, de forma a perceber o meio onde cada individuo está inserido, o grupo, os gostos e interesses, mas especialmente as necessidades dos mesmos, e não desistir de transmitir o apoio, a confiança e a presença.

Acima de tudo, porque a comunidade é o centro de todo o planeamento e metodologias, tudo deve andar à volta da mesma, identificando as forças, de forma a trabalhar com o propósito que a comunidade se consiga desenvolver mais e melhor, transversalmente, desenhando estratégias diferenciadas, intervindo de forma educadora, através de um acompanhamento de proximidade e entreajuda.

A proximidade e a empatia, recorrendo à escuta ativa, sem juízos de valores ou ideias pré-concebidas e estereotipadas, permitem aos profissionais alcançar informações importantes, analisando os factos, situações pessoais ou familiares, assim como o encaminhamento dos processos.

É precisamente neste alinhamento que desejo posicionar-me e perspetivar a intervenção.

Segundo Granja (2011), aquando da intervenção devem ser colocados todos os saberes, competências, pois quando mobilizados ampliam a qualificação dos profissionais no domínio da autorreflexividade, congruência e participação, tornando-se instrumentos e competências essenciais que salvaguardam o respeito e a dignidade dos indivíduos, alargando assim o seu campo de ação e, por conseguinte, o reconhecimento público e social.

Considerando que o trabalho comunitário é um desafio numa sociedade individualizada e globalizada, isto é, em constante mudança e transformação, os assistentes sociais enquanto atores na comunidade não podem ser insensíveis ao conhecimento teórico e prático sobre as mudanças na sociedade intimamente marcada por desigualdades sociais.

Para além dos elementos já elencados, e tal com havia referido acima, a Urbanização das Bétulas apresenta uma problemática que muito desperta a minha preocupação e sobre a qual desejo, num futuro próximo, poder executar uma nova intervenção: o elevado número de absentismo e abandono escolar dos agregados familiares que residem na Urbanização, algo abordado na página 15.

No que diz respeito ao abandono escolar, muitos destes jovens ao não frequentarem a escola, acabam por passar maior parte do seu tempo na Urbanização, onde começa a ser perceptível, e descrito pela comunidade, alguns comportamentos desajustados intimamente ligados à delinquência, sendo que muitos jovens já apresentam comportamentos de risco elevado, de consumo e tráfico de estupefacientes.

Em muitos casos movidos pela curiosidade e pelo acesso "fácil" a estupefacientes observa-se que cada vez mais precocemente muitos jovens são desviados para comportamentos que colocam em risco a sua saúde e o seu crescimento físico e intelectual, comprometendo assim o seu futuro. Sendo instrumentalizados pelos membros mais velhos da comunidade para o tráfico de drogas, muito pela impunidade legal que lhes está subjacente (menores).

Este é o retrato da Urbanização das Bétulas, onde cerca de oitenta crianças e jovens dos quatro meses aos dezoito anos convivem diariamente, são socializados e onde desenvolvem a sua individualidade, motivo que moveu o meu plano de intervenção para reverter esta realidade/problemática referida no diagnóstico.

Tudo farei para que a intervenção junto da Urbanização das Bétulas seja implementada e que resulte numa população mais empoderada e mais integrada na sociedade.

Contudo, tenho a plena consciência que é um projeto exigente no que diz respeito à capacidade de lidar com a frustração, resiliência e a perseverança para não desistir de atingir cada um dos objetivos.

Por ultimo quero manifestar que foi extremamente desafiante para mim elaborar este Projeto de desenvolvimento Comunitário, através das várias fases pelas quais passou, isto porque foi alterado inúmeras vezes, para ir ao encontro daquilo que são as necessidades expressas pela comunidade. Mas acima de tudo potenciou uma maior assertividade daquilo que é a consciência social e política: observar rigorosamente, experienciar e testemunhar as condições de vida da população/comunidade (Bétulas), de modo a poder solicitar a implementação de medidas de política local, institucional e global que possam trazer uma melhoria na qualidade de vida e saúde publica a todos. Por outro lado, e visto que a comunidade é homogénea, ter á consciência que, para quebrar bloqueios e avançar para uma posição de comunicação intercultural de qualidade e genuína, no espaço da cultura dominante, é imperativo criar condições para que a cultura em “desvantagem” (etnia cigana) seja efetivamente ouvida, advogando por elas; proporcionando oportunidades de encontro.

Dizia, John St. Mill (1859). “O grande problema dos nossos tempos é que tão poucos ousam ser excêntricos”. Tenho plena consciência que este projeto de desenvolvimento Comunitário é “uma gota num oceano”, naquilo que são as necessidades da comunidade das Bétulas, contudo “o caminho faz-se caminhando”, e a verdade é que quero desejo de todo o coração fazer esta caminhada em conjunto com toda a comunidade da Urbanização das Bétulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, P.; Mauritti, R.; Roldão, C. (2011). *Efeitos TEIP – Avaliação de impactos escolares em sete territórios educativos de intervenção prioritária*. Ministério da Educação/DGICD/CIES-IUL.

Alfredo, I. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza*. Lisboa, Gradiva]

Amaro, I. (2012). *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Universidade Católica de Lisboa.

Amaro, M. (2008). Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus SOCI@L 1*, 65-80.

Ander-Egg, E. (1987). La definición. In *Técnicas de Investigación Social*. Humanitas.

Arcoverde, C. (2017). *Serviço Social Contemporâneo*. Pactor.

Bastos, J., Correia, A. & Rodrigues, E., (2007). *Sintrensens ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*. Câmara Municipal de Sintra/ACIDI.

Batista, A. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

Blanes, Ruy L. (2006). *Aleluia. Música e identidade num movimento Evangélico cigano na Península Ibérica*. Instituto de Ciências Sociais.

Bohaca, J. (2003). *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*. Anthropos.

Bourdieu, P. (2002). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura In Nogueira, M. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação* (pp. 39-64). Vozes.

Carvalho, M. (2015). *Serviço Social com famílias*. Pactor.

Casa-Nova, M. (1999). *Etnicidade, género e escolaridade – Estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana de um bairro periférica da cidade do Porto*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto].

Casa-Nova, M. (2002). *Etnicidade, género e escolaridade – Estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*. III.

Casa-Nova, M. (2005). Etnicidade e educação familiar – o caso dos ciganos. *Revista Teoria e Prática da Educação (Maringá/-Paraná)*, 8(2), 207-214.

Casa-Nova, M. (2006). A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. Nº 2 Revista Interações, 155p-182p.

Comissão Europeia. (2004). *La situation des Roms dans une Union Européene*. Luxembourg. Direction Générale de L'Emploi et des Affaires Sociales.

Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2008). *Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*. Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. Ata nº30/X/ 3.ª SL Aos 26 de Março de 2008,

European Roma Rights Centre & Númena Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. (2007). *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social: o caso dos ciganos. Avaliando o impacto dos planos nacionais de acção para a inclusão social na República Checa e Portugal*. Errc/Númena.

Granga, P. (2011). *Assistente Social – Identidade e Saber*. [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais do Serviço Social, Universidade do Porto].

Guerra, I. (1994). As Pessoas não são coisas que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e território*. 20(2), pp. 11-16.

Hancock, I. (2002). We are the Romani people (Vol. 28), p.253 University of Hertfordshire Press.

Horner, R., Carr, E., Halle, J., McGee, G., Odom, S., & Wolery, M. (2005). The use of single-subject research to identify evidence-based practice in special education. *Exceptional children*, 71(2), 165-179.

Lemay, M. (2003). *Da educação à Intervenção Social. 1º volume*. Porto Editora.

Lopes, D. (2008). *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Instituto de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais.

Lopez, M. & Frestnillo, G. (1995). *Margem y periferia: representaciones ideológicas en los conflictos urbanos entre payos y ciganos*. Asociación Secretariado General Gitano.

Magano, O., & Mendes, M. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*. Revista da FLUP". ISSN 0872-3419 (Print) 2182-9691. Nº temático (2014), p. 15-35

Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. [Tese de Doutoramento em Sociologia na especialidade de Relações Interculturais, Universidade Aberta]

Magano, O., & Toma, S. (2021). *Social and Economic Vulnerability of Roma People: Key Factors for the Success and Continuity of Schooling Levels*. Springer Nature.

Malheiros, J. & Mendes, M. (Coords.). (2007). Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na AML (Área Metropolitana de Lisboa), 22, ACIME/FCT

Mendes, M. (2007). *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*. [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Lisboa].

Mendes, M. (2012). *Identidades, racismo e discriminação: ciganos da AML*. Caleidoscópio.

Mónico S., Alferes R., Castro A. & Parreira M. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Congresso Ibero-Americano Investigação Qualitativa*.

Nicolau, L. (2010). *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse interétnico*. [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro].

Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Educ & Cortez.

Pereira, A. Silva, D. Batista, I. e Perista, P. (2011). *Habitat e minorias. O que pode a promoção pública de habitação*. LNEC. Cidades- Comunidades e territórios. Dez. 2011, nº3 pp 93 – 109

RODRIGUES, Carlos Farinha. 2009. "Eficácia dos programas anti pobreza e de bem-estar em Portugal: o impacto conjunto do CSI e do RSI". Instituto Superior de Economia e Gestão – DE Working papers nº 42-2009/DE Lisbon, ISEG.

Santos, S. (2013). *O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: o caso do concelho de Faro*. [Dissertação de Mestrado em Educação Social, Universidade do Algarve].

Silva, C., Santos, M., Baltazar, M. e Saragoça, J. M. (2017) Avaliação de projetos de intervenção social: Desenvolvimento e Sociedade. Nº2 p. 118.

Sousa, C. (2013). *Os Maias, Retrato Sociológico de uma Família Cigana Portuguesa (1827-1957)*. Editora Mundos Sociais.

Taylor, C. (1998). *Multiculturalismo*. Instituto Piaget.

Outras referências

ACIDI; GOVERNO DE PORTUGAL (2013), Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2010 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013.

Decreto-Lei n.º 163/1993, de 7 de maio.

https://dre.tretas.org/dre/data/2023/7/28/?series=1&doc_type=9&query=D.L.+N%C2%BA+166%2F93&date=

Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 fevereiro, Diário da República 1.ª Série – A, n.º 25.

Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de maio.

Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro.

Decreto-lei n.º 135/2004, de 3 de junho

Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de março

Decreto-Lei n.º 166/1993, de 7 de maio

Decreto-Lei n.º 167/1993, de 7 de maio

Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, 4 de setembro de 2012.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, Diário da República 1.ª Série – n.º

APÊNDICE 1

Consentimento Informado

Eu, residente na Urbanização das Bétulas, dou o meu consentimento para participar do levantamento de dados demográficos e das necessidades da urbanização, que será conduzido pela Daniela Duarte, estudante de Mestrado em Serviço Social. O inquérito que me proponho responder tem como objetivo a elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Comunitário, especificamente para a Urbanização das Bétulas, Projeto este inserido na Mestrado de Serviço Social, em parceria com o Município de Famalicão.

Declaro que compreendi o objetivo da pesquisa académica/científica, que é recolher informação sobre dados demográficos e necessidades da população residente na Urbanização das Bétulas.

Estou ciente de que minha participação é voluntária e que tenho o direito a recusar responder a qualquer pergunta que não deseje.

Entendo que minhas respostas serão tratadas de forma confidencial e que serão utilizadas apenas para fins de pesquisa, garantindo meu anonimato.

Autorizo o uso das informações recolhidas para fins de publicações científicas ou académicas, desde que seja mantido o anonimato dos participantes.

Declaro que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou consequência negativa.

Assinatura: _____

Data: _____

APÊNDICE 2 –

Atividades/Formação a implementar com a comunidade (ex's.)

Atividades para crianças e jovens

Trabalhar com crianças, independentemente da sua cultura ou etnia sobre reciclagem, pode ser uma ótima forma de promover a conscientização ambiental e ensinar práticas de consumo. Segue-se explanação de algumas atividades que poderão ser desenvolvidas com as crianças nas escolas ou atividades de tempos livres na Urbanização das Bétulas (após existir um espaço para a persecução das mesmas).

Apresentação sobre reciclagem:

Todas as atividades deverão ser apresentadas de forma interativa, explicando de forma muito objetiva e clara sobre o que é reciclagem, por que é importante e como ela pode beneficiar o meio ambiente. Será utilizado imagens, exemplos e histórias para tornar o conteúdo mais envolvente.

Para cada atividade será atribuído um nome que seja apelativo e interessante, adaptando as atividades de acordo com a faixa etária das crianças, cultura, respeitando sua identidade e valores, tal como irão ser explanados seguidamente:

Caça ao tesouro de materiais recicláveis:

Será organizada uma caça ao tesouro, essencialmente num espaço seguro (ex. urbanização ou escola), onde deverá ser incentivado às crianças a encontrarem e recolherem diferentes materiais recicláveis, como garrafas plásticas, caixas de cartão, garrafas pequenas de vidro, entre outros.

Após a caça, será discutido em grupo como esses itens podem ser reciclados e qual a importância de o fazer.

Seguindo-se do convite a efetuar artesanato com materiais recicláveis. Promovendo assim a imaginação, através da criação artística, utilizando os materiais recicláveis recolhidos anteriormente, garrafas plásticas vazias, rolos de papel higiênico, caixas de papelão e papel colorido. As crianças deverão ser encorajadas a criarem objetos decorativos, como vasos de flores, porta-lápis ou esculturas.

Um bom exemplo a ser inculcado é a execução de um **Teatro de fantoches**.

Para tal deverá ser dado todo o auxílio e reforço positivo as crianças para criarem um pequeno teatro de fantoches usando personagens executadas de materiais reciclados.

Deverá ser permitido as crianças o espaço a imaginação, incentivando as mesmas a criar uma história que destaque a importância da reciclagem, transmitindo desta forma, a mensagem que cada um pode contribuir para preservar o meio ambiente.

Esta Peça (teatro) poderá ser apresentada, como forma didática, a outros colegas de escola, ou em alguma atividade escolar, promovendo desta forma o desempenho e interesse dos mesmos.

Outro exemplo **Jogo da memória reciclável**.

Deverá ser criado um jogo da memória, usando cartas com imagens de diferentes itens recicláveis e seus recipientes apropriados (por exemplo, uma imagem de uma garrafa de vidro e outra de um recipiente de coleta seletiva para vidros). As crianças devem encontrar as correspondências corretas, enquanto aprendem sobre a importância de separar corretamente os resíduos para reciclagem.

Reciclando para um “Futuro Sustentável” Duração:

aproximadamente 1:30h/2h

Objetivos:

- ✓ Promova a conscientização ambiental entre as crianças.
- ✓ Ensinar a importância da reciclagem na preservação do meio ambiente.

- ✓ Estimular a criatividade e o trabalho em equipa.

Materiais necessários:

- ✓ Materiais recicláveis (garrafas plásticas vazias, latas de alumínio, papéis, etc.).
- ✓ Tesouras, cola, fita adesiva.
- ✓ Papel cartolina ou cartão.
- ✓ Canetas coloridas, lápis de cor ou giz de cera.
- ✓ Uma caixa ou saco para recolher os materiais recicláveis.

Procedimento:

Introdução (10 minutos):

Cumprimentar as crianças e explicar claramente e pausadamente o tema da atividade: reciclagem e preservação do meio ambiente.

Seguidamente questionar as crianças sobre o que já sabem sobre o assunto.

Importante desde logo destacar a importância da reciclagem para a proteção do planeta e como cada um pode fazer a diferença.

Passos da atividade:

Caça aos materiais recicláveis (20 minutos):

- 1- Explicar que a primeira parte da atividade é uma caça aos materiais recicláveis.
- 2- Dividir as crianças em grupos pequenos ou em pares.
- 3- Dê a cada grupo uma caixa ou saco para recolher os materiais recicláveis.
- 4- Espalhar os materiais num espaço seguro, encorajando as crianças a encontrarem o máximo de objetos possíveis.
- 5- Elogiar e incentivar a colaboração entre as crianças durante a caça.

Criação de objetos reciclados (30 minutos):

- 6- Após a caça, reúna as crianças em uma área de trabalho.
- 7- Especificar e explicar que irão criar objetos decorativos utilizando os materiais recicláveis recolhidos.
- 8- Fornecer materiais adicionais, como tesouras, cola, fita adesiva, papel cartolina ou cartão, canetas coloridas, lápis de cor ou lápis de cera.
- 9- Encorajar as crianças a usarem a imaginação e a criatividade para transformar os materiais recicláveis em algo novo e interessante.
- 10- Circular em redor dos grupos, disponibilizando apoio e elogiando suas criações.

Apresentação e discussão (10 minutos):

- 11- Peça que cada grupo que partilhe sua criação com os restantes grupos.
- 12- Incentivar as crianças a explicarem como os materiais foram reciclados e porque é importante fazê-lo.
- 13- Conduzir uma breve discussão sobre as ideias alcançadas, destacando a importância da reciclagem e como cada objeto pode ser útil e sustentável.

Conclusão (5 minutos):

- 14- Faça uma recapitulação dos principais pontos discutidos durante a atividade.
- 15- Agradeça a participação de todos e reforce a importância de continuarem a praticar a reciclagem no seu dia-a-dia.

Por ultimo será entregue uma caderneta a cada criança, nesta caderneta as crianças terão um carimbo, a cada 5 carimbos que cada criança tiver, tem direito a um brinde de acordo com os seus interesses e gostos, sempre seguindo o alinhamento da sustentabilidade.

Atividades para adultos:

É imperativo adaptar a atividade de acordo com a faixa etária e a cultura, valorizando seus costumes e tradições. Respeitando sempre a diversidade e priorizando o espaço para que todos possam se expressar livremente durante as discussões.

"Preservando o nosso planeta: Reciclagem e Sustentabilidade"

Duração: aproximadamente 1 hora

Objetivos:

- ✓ Promover a conscientização ambiental e a importância da reciclagem entre os adultos ciganos.
- ✓ Discutir os benefícios da reciclagem e como ela pode contribuir para a preservação do meio ambiente.
- ✓ Compartilhar conhecimentos sobre práticas encorajadoras e incentivar a adoção de comportamentos e hábitos ecologicamente corretos.

Materiais necessários:

- ✓ Cartazes com informações sobre reciclagem e práticas alimentares.
- ✓ Exemplos de produtos reciclados ou reutilizados.
- ✓ Folhetos informativos sobre o processo de reciclagem local.
- ✓ Amostras de diferentes materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro e metal.
- ✓ Papel e canetas para anotações.

Procedimento:

Introdução (10 minutos):

- 1- Dar as boas-vindas a todos os presentes, criando desde logo um ambiente acolhedor e respeitoso.
- 2- Deverá ser dada uma breve introdução sobre a importância da reciclagem e a necessidade de preservar o meio ambiente para as gerações futuras.

- 3- Mostrar cartazes com informações sobre reciclagem e práticas saudáveis, destacando os benefícios individuais e coletivos.

Apresentação e discussão (30 minutos):

- 4- Realizar uma apresentação sobre os diferentes tipos de resíduos e sua separação correta.
- 5- Explicar os processos de reciclagem mais comuns na região e quais materiais podem ser reciclados.
- 6- Incentivar a participação, encorajando cada um a partilhar as suas experiências e conhecimentos sobre a reciclagem e práticas de consumo.
- 7- Promover uma discussão sobre os desafios enfrentados pela comunidade cigana em relação à reciclagem e como eles podem ser superados.

Exemplos práticos (15 minutos):

- 8- Mostrar exemplos de produtos reciclados ou reutilizados, como móveis feitos de materiais reciclados, artesanatos, roupas, entre outros.
- 9- Discutir como esses produtos podem ser incorporados no dia-a-dia e como a comunidade pode beneficiar de práticas de consumo, como economia de recursos e redução de gastos. Ex. frascos de feijão ou compotas que podem ser reutilizados para colocar outros produtos, embalagens plásticas que podem ser novamente reutilizadas para guardar no frigorífico outros alimentos, caixas de cartão que podem “ganhar uma nova vida”, entre outros exemplos.

Ações práticas e compromissos (15 minutos):

- 10- Distribuir folhetos informativos sobre o processo de reciclagem local e os pontos de recolha de resíduos recicláveis na área de residência.
- 11- Incentivar cada pessoa a se comprometer com a separação correta dos resíduos e a criar um plano de ação para implementar práticas nas suas dinâmicas diárias cotidianas.

12- Estabelecer metas realistas e incentivar a troca/partilha de ideias e sugestões para aprimorar a participação da comunidade.

Encerramento (5 minutos):

13- Efetuar um resumo dos pontos discutidos durante a atividade.

14- Agradecer a participação de todos e reforçando a importância do seu papel na preservação do meio ambiente e do exemplo a dar as gerações futuras.

15- Disponibilizar a oportunidade para perguntas finais e incentivando cada pessoa a partilha os seus pensamentos ou comentários adicionais.

Por ultimo será entregue uma caderneta a cada agregado familiar/ou adulto, nesta caderneta cada pessoa terá um carimbo, a cada 10 carimbos, a pessoa ou respectivo elemento do agregado familiar tem direito a um” brinde” de acordo com os seus interesses e gostos, sempre seguindo o alinhamento da sustentabilidade. Exemplos: alguma reparação na habitação, balde coletor de lixo, entre outros de acordo com a necessidade expressa.

Título da atividade:

"Juntos Pela Limpeza e Orgulho da Nossa Urbanização"

Duração: Meio período do dia (2h a 4h, dependendo do número de participantes).

Objetivos:

- ✓ Promova uma conscientização sobre a importância da limpeza e higiene em um bairro social.
- ✓ Estimular o senso de comunidade e pertencimento, incentivando a participação ativa dos moradores ciganos.
- ✓ Melhorar a aparência do bairro, tornando-o mais agradável e acolhedor para todos.

Materiais necessários:

- ✓ Equipamentos de limpeza (vassouras, sacos de lixo, luvas, etc.)
- ✓ Carrinhos ou carrinhos de mão para transportar os resíduos
- ✓ Água potável e lanches saudáveis
- ✓ Cartazes ou faixas incentivando a limpeza e a importância do trabalho em equipe
- ✓ Escovas e esponjas
- ✓ Baldes
- ✓ Cartazes e panfletos informativos sobre a importância da limpeza e da conservação do meio ambiente
- ✓ Lanches e água para os participantes

Procedimento:

Essencial desde o início seguir as normas de segurança no decorrer de toda a atividade, como o uso de luvas de proteção e a disposição correta do lixo recolhido. Incentivar os participantes a partilhar ideias para a manutenção contínua da urbanização.

Explorar possibilidades de parcerias com administração local, outras organizações ou grupos comunitários para apoiar projetos de limpeza e melhoria da urbanização a longo prazo.

Adaptar a planificação de acordo com as características e necessidades específicas da urbanização em questão. É essencial garantir o envolvimento e a participação ativa dos moradores, promovendo o sentido de responsabilidade pela limpeza e pela melhoria do local onde residem.

Introdução (15 minutos):

- 1- Reunir as pessoas interessadas em participar na atividade.
- 2- Dar as boas-vindas e explicar o objetivo da atividade: limpar e zelar pelo espaço comum (urbanização) para melhorar a qualidade de vida de todos.

- 3- Destacar a importância do trabalho em equipa e do sentido de comunidade para o sucesso da atividade.

Organização e divisão de tarefas (15 minutos):

- 4- Dividir os participantes em grupos pequenos (2/3), de acordo com a área a ser limpa.
- 5- Atribuir a cada grupo uma área específica da urbanização para ser responsável pela limpeza.
- 6- Distribuir os materiais necessários a cada grupo (luvas, sacos de lixo, vassouras, etc.).
- 7- Iniciar a limpeza, incentivando os participantes a recolherem o lixo das áreas comuns do exterior da urbanização.
- 8- Organizar um momento de pausa durante a atividade, onde os participantes possam descansar e se hidratar.
- 9- Aproveite esse momento para estabelecer diálogo, destacando a relação entre a limpeza da urbanização e a qualidade de vida de todos.

Conclusão e celebração (20 minutos):

- 10- Após a limpeza do bairro, reúna novamente todos os participantes.
- 11- Oferecer um lanche (sandes/ bolo e um sumo ou garrafa de água), criando um momento de confraternização e partilha de experiências entre os participantes.
- 12- Agradeça a colaboração e o esforço de cada um na atividade.
- 13- Celebre os resultados alcançados e destaque a importância do cuidado contínuo com a urbanização.

Título da Atividade: Oficina de Histórias de Vida

Objetivo: Promover interação social, partilha de experiências e a construção de laços entre os participantes, através da narrativa de histórias de vida.

Local: Espaço a designar, local confortável e acolhedor.

Público-alvo: Adultos de diferentes idades ou por sua vez culturas.

Duração: Cerca de 2 a 3 horas (ajustar consoante o numero e disponibilidade dos participantes). **Observações:**

- ✓ Proporcionar um ambiente respeitoso e empático, garantindo que todos se sintam confortáveis em partilhar as suas histórias.
- ✓ Respeitar a privacidade e o tempo dos participantes, ninguém é forçado a partilhar detalhes que não deseje.
- ✓ Caso haja uma grande diversidade cultural entre os participantes, será incentivado a narração de histórias sobre tradições culturais e valores únicos. Fomentando dessa forma um maior enriquecimento e uma maior das diferentes origens.

Materiais Necessários:

- ✓ Cartões ou papel em branco
- ✓ Canetas ou lápis
- ✓ Projetor ou tela (opcional, caso se pretenda exibir fotos ou vídeos)

Passo a passo:

1. Apresentação e Boas-vindas:

- ✓ Receber os participantes e fazendo uma breve introdução sobre a atividade.
- ✓ Explicar o propósito da oficina, enfatizando a importância da partilha de histórias de vida e aprender uns com os outros.

2. Quebra-gelo:

✓ Realizar uma breve atividade quebra-gelo (ex. apresentar o colega do lado) para ajudar os participantes a se sentirem mais à vontade e se conhecerem melhor. Pode inclusive ser uma pergunta rápida ou um jogo divertido que estimula uma interação inicial.

3. Exercício de Reflexão:

✓ Pedir aos participantes para escreverem ou partilhar em pequenos grupos uma experiência significativa ou lição que aprenderam na vida. Isso ajuda a criar um ambiente de confiança e abre uma discussão para histórias mais profundas.

4. Narração de Histórias de Vida:

✓ Iniciar a sessão de narração de histórias, permitindo/fomentando que os participantes partilhem as suas experiências/vivências pessoais. Cada pessoa terá a oportunidade de contar a sua história em ordem cronológica ou escolher um momento significativo da sua vida para partilhar com o grupo.

5. Partilha em Grupo:

✓ Encorajar/fomentar o respeito e a empatia enquanto cada participante conta a sua história. Depois de cada relato, permitir que os restantes participantes façam perguntas ou expressem sua emoção pelas histórias partilhadas.

6. Expressão Criativa (Opcional):

✓ Se alguns participantes estiverem dispostos, incentive-os a expressar a sua história de uma forma criativa, como arte, poesia ou música. Isso pode ser feito individualmente ou em grupos.

7. Encerramento:

✓ Conduzir uma breve discussão para refletir sobre a experiência da oficina e as lições aprendidas.

✓ Agradecer aos participantes pela partilha das suas histórias e por participarem na atividade.

- ✓ Oferecer informações sobre futuros eventos ou atividades semelhantes, fomentando o interesse. Inclusive perceber quais são os interesses do grupo (importante).

Conclusão e celebração

- ✓ Oferecer um lanche (sandes/ bolo e um sumo ou garrafa de agua), criando um momento de confraternização e partilha de experiências entre os participantes.

Agradecer a colaboração e o esforço de cada um na atividade.

FORMAÇÃO

Exemplo de uma formação a ser efetuada com/para a comunidade

"Domine suas Habilidades Domésticas: Cuidando do Seu Lar"

Objetivo da formação:

Capacitar os participantes com práticas de limpeza, organização e cuidados domésticos, para que possam manter um lar limpo, organizado e acolhedor.

Duração do curso:

Depende da abrangência e da profundidade das habilidades que serão ensinadas. Pode variar de algumas semanas a alguns meses, com aulas regulares. Que serão agendadas de acordo com as dinâmicas familiares, privilegiando a terça-feira à tarde.

Materiais necessários:

- ✓ Materiais de limpeza (vassouras, panos de limpeza, produtos de limpeza, etc.).
- ✓ Materiais de organização (caixas organizadoras, etiquetas, etc.).
- ✓ Recursos visuais (apresentações em slides, vídeos, etc.).
- ✓ Materiais didáticos (, fichas de exercícios, etc.).
- ✓ Espaço adequado para as aulas, que permita a demonstração e a prática das habilidades.

Estrutura do curso:

Introdução (1 aula):

- ✓ Apresentação do curso e dos objetivos.
- ✓ Discussão sobre a importância das habilidades domésticas e seus benefícios.
- ✓ Conhecer os participantes e suas expectativas em relação ao curso.

Higiene e limpeza doméstica (4 aulas):

- ✓ Técnicas de limpeza para diferentes áreas da casa: sala de estar, quartos, casas de banho, cozinha, etc.

- ✓ Uso adequado de produtos de limpeza e equipamentos.
- ✓ Técnicas de limpeza eficientes e economia de tempo.
- ✓ Estratégias para lidar com manchas e odores.
- ✓ Práticas de limpeza sustentável e uso consciente de recursos.

Organização Doméstica (3 aulas):

- ✓ Princípios básicos de organização e arrumação.
- ✓ Organização de armários, estantes e gavetas.
- ✓ Categorização de objetos e uso de etiquetas.
- ✓ Estratégias para maximizar o espaço de armazenamento.
- ✓ Estratégias de arquivamento de documentos.

Cuidados com a Roupas (2 aulas):

- ✓ Técnicas de lavagem, secagem e passagem de diferentes tipos de tecidos.
- ✓ Remoção de manchas comuns.
- ✓ Cuidados especiais para peças delicadas.
- ✓ Dobragem e organização adequada das roupas.

Cuidados com Plantas e Jardins (2 aulas):

- ✓ Noções básicas de jardinagem.
- ✓ Escolha adequada de plantas domésticas.
- ✓ Rega, adubação e poda.
- ✓ Cuidados sazonais e identificação de problemas comuns.

Gestão do Orçamento Doméstico (2 aulas):

- ✓ Gestão do orçamento familiar e gestão das despesas domésticas.
- ✓ Estratégias para economizar e reduzir desperdícios.
- ✓ Organização dos pagamentos importantes, estratégias de gastos.
- ✓ Dicas para compras inteligentes e uso de copões de desconto.

Avaliação e Encerramento (1 aula):

- ✓ Revisão dos principais pontos explanados na formação
- ✓ Feedback dos participantes
- ✓ Certificados de participação

Agradecer a colaboração e o esforço de cada um na Formação

APÊNDICE 3 –

Inquérito aplicado a comunidade

Construção e Desenvolvimento de Projeto Comunitário - inserido no plano de Mestrado
em Serviço Social

Tenho como objetivo geral fazer o levantamento do número de agregados familiares residentes na Urbanização das Bétulas, para seguidamente dotar a comunidade de instrumentos de gestão, assim como de apropriação e sentido de pertença a Urbanização de forma a proporcionar à população em geral, mais especificamente às crianças e jovens, um espaço limpo e apropriado para o seu desenvolvimento. físico e cognitivo

A resposta sincera e sentida é fundamental para o sucesso deste estudo.

INQUÉRITO

Número do inquérito____

Data _____

Bloco_____

Número da porta_____

Quem respondeu ao inquérito M__F__

INTODUÇÃO

Estado da habitação

Ocupada__

Desocupada__

DADOS DE CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Idade _____

Género? ____

Estado civil? _____

Grau de escolaridade? _____

Número de agregados familiares dependentes que residem na habitação? _____

Idade de cada elemento que compõe o /os agregado/os familiar/es género feminino?

Idade de cada elemento que compõe o /os agregado/os familiar/es género masculino?

Idades género feminino a estudar/ formação? _____

Idades género masculino a estudar/ formação? _____

DADOS RELATIVOS A CONDIÇÕES DE SUBSISTÊNCIA

Profissão? _____

Tipo de rendimento? _____

Despesas mensais? _____

Possui algum problema de saúde? ____

Qual? _____

DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Indique se tem na sua habitação:

Eletricidade ____

Gaz ____

Água canalizada ____

Água quente ____

Casa de banho completa ____

Quanto completo ____

Fogão ____

Televisão ____

Algum tipo de aparelho/equipamento de aquecimento ____

No que diz respeito a habitação:

Estado da habitação: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Luminosidade: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Estado de conservação: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Isolamento térmico: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Dimensão: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Higiene: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Arrumação :Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__

Onde deita o lixo diário? _____

Possui caixote de lixo na sua habitação? _____

Faz a separação do lixo? _____

Sabe fazer a separação das embalagens nos ecopontos _____

Faz a separação do lixo nos ecopontos _____

Ensina os seus filhos a usar o caixote de lixo _____

Ensina os seus filhos a usar o ecoponto _____

Acha importante na escola ensinarem as crianças/ jovens os/benefícios da reciclagem? _____

DADOS RELATIVOS E DIRECIONADOS A URBANIZAÇÃO DAS BÉTULAS

Gosta de viver na urbanização? _____

Na sua opinião quais as vantagens de viver na urbanização?

O que sente mais falta na Urbanização das Bétulas, a nível de infraestruturas?

Numa escala de 1 a 5, qual a perceção de segurança sente na urbanização?

Sendo o 1- Totalmente inseguro e o 5 totalmente seguro _____

Fator que mais contribui para este sentimento?

Na sua opinião a Urbanização das Bétulas é limpa ____

O que devia ser mudado?

Estaria disponível para auxiliar na limpeza e desinfecção da Urbanização das Bétulas? _____

Porquê? _____

UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

Quando tem um problema a que organismo recorre:

Camara municipal ____

Balcão de atendimento de ação social da Camara ____

Gabinete de ação social _____

Outros _____

Nos últimos seis meses participou em alguma das seguintes atividades ou serviços:

Formação /curso de educação para adultos ou de habilidades pessoais ____

Qual? _____

Gostaria de participar ____

Qual?

Eventos religiosos ____

Qual? _____

Já foi voluntário em algum projeto? ____

Qual? _____

Gostaria de ser? ____

Qual? _____

GRATA POR TODA A COLABORAÇÃO

APÊNDICE 4 –

Inquérito de avaliação de resultados (6 meses)

Avaliação de resultados do Projeto de Desenvolvimento Comunitário Inserido no Mestrado em Serviço Social

Após seis meses da implementação do projeto, tenho como objetivo geral fazer o levantamento de dados através de questionário aos residentes da urbanização das Bétulas, de forma a adquirir dados quantitativos e qualitativos, sobre a implementação do projeto, nomeadamente perceber se os objetivos foram atingidos, mais concretamente, o sentimento da comunidade face ao mesmo, assim como de apropriação e sentido de pertença a urbanização. Perceber ainda outras necessidades e preocupações da comunidade face a

Urbanização das Bétulas

A resposta sincera e sentida é fundamental para o sucesso deste estudo.

INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO

Número do inquérito____

Data _____

Bloco _____

Número da porta_____

Quem respondeu ao inquérito M__F__

INTODUÇÃO

Estado da habitação

Ocupada__

Desocupada__

DADOS DE CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Idade_____

Género? ____

Estado civil? _____

Grau de escolaridade? _____

Número de agregados familiares dependentes que residem na habitação? _____

Idade de cada elemento que compõe o /os agregado/os familiar/es género feminino?

Idade de cada elemento que compõe o /os agregado/os familiar/es género masculino?

Idades género feminino a estudar/ formação? _____

Idades género masculino a estudar/ formação? _____

DADOS RELATIVOS A CONDIÇÕES DE SUBSISTÊNCIA

Profissão? _____

Tipo de rendimento? _____

Despesas mensais? _____

Possui algum problema de saúde? ____

Qual? _____

DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Indique se tem na sua habitação:

Eletricidade ____

Gaz ____

Água canalizada ____

Água quente ____

Casa de banho completa ____

Quanto completo ____

Fogão ____

Televisão ____

Algum tipo de aparelho de aquecimento ____

No que diz respeito a habitação:

Estado da habitação: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Luminosidade: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Estado de conservação: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Isolamento térmico: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Dimensão: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Higiene: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__
Arrumação: Muito bom__ Bom __ Razoável__ Fraco__ Muito fraco__

Onde deita o lixo diário/domestico? _____

Possui caixote de lixo na sua habitação? _____

Faz a separação do lixo? _____

Sabe fazer a separação das embalagens nos ecopontos _____

Faz a separação do lixo nos ecopontos _____

Ensina os seus filhos a usar o caixote de lixo _____

Ensina os seus filhos a usar o ecoponto _____

Acha importante na escola ensinarem as crianças e jovens o valor/benefícios da reciclagem? _____

DADOS RELATIVOS E DIRECIONADOS A URBANIZAÇÃO DAS BÉTULAS

Gosta de viver na urbanização? _____

Na sua opinião quais as vantagens de viver na urbanização?

O que sente mais falta na Urbanização das Bétulas, a nível de infraestruturas?

Numa escala de 1 a 5, qual a perceção de segurança sente na urbanização?

Sendo o 1- Totalmente inseguro e o 5 totalmente seguro _____

Fator que mais contribui para este sentimento?

Na sua opinião a Urbanização das Bétulas é limpa? _____

O que devia ser mudado?

UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

Quando tem um problema a que organismo recorre:

Camara. Municipal _____

Balcão de atendimento de ação social da Camara _____

Gabinete de ação social _____

Outros _____

Nos últimos seis meses participou em alguma das seguintes atividades ou serviços:

Formação /curso de educação para adultos ou de habilidades pessoais _____

Qual?

Gostaria de participar _____

Qual?

Já foi voluntario em algum projeto? _____

Qual?

Gostaria de ser? _____

Qual/Onde?

Participação da comunidade

Na sua opinião o Projeto/plano de intervenção na Urbanização das Bétulas foi importante?

Porque?

Sente que a comunidade utiliza mais o caixote do lixo ao invés de colocar o lixo no chão?

Sente que a comunidade utiliza o ecoponto corretamente? _____.

Porque? Quais os motivos para ter essa opinião? _____

Na sua opinião as sessões de sensibilização mensais junto da comunidade, foram importantes? _____

Porque?

Em termos de saúde Pública, considera que após o plano de intervenção o objetivo foi atingido? _____

Porque?

Participou com que frequência nas reuniões mensais?

Nunca _____

Participei em Setembro _____

Participei em Outubro _____

Participei em Novembro _____

Participei em Dezembro na construção da árvore de Natal _____

Participei em Janeiro _____

Participei em Fevereiro _____

Participei em Março _____

No futuro está disposta/o a continuar a auxiliar no plano de intervenção junto da Urbanização das Bétulas? _____

**GRATA PELA COLABORAÇÃO/AUXILIO DISPENSADO NO
ESTUDO/AVALIAÇÃO**

ANEXO 1 – ACORDO DE COLABORAÇÃO

ACORDO DE COLABORAÇÃO

A criação de condições de acesso a uma habitação condigna por parte dos estratos populacionais de menores recursos económicos constitui uma prioridade, não só da política do Governo para o sector da habitação, como das Administrações Local e Regional que se propõem combater as situações de grave carência habitacional existentes nas respectivas áreas de jurisdição.

Tendo presente tal prioridade, o PROHABITA-Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, criado pelo Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março, veio dinamizar a resolução de situações de grave carência habitacional mediante a cooperação e a conjugação de esforços entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana- IHRU e as Regiões Autónomas ou os Municípios, traduzidas na outorga de acordos de colaboração ao abrigo dos quais aquele Instituto concede o apoio financeiro e técnico necessários à promoção dos programas habitacionais que aquelas entidades se propõem implementar para pôr cobro às referidas situações.

A Região Autónoma ou o Município, para execução dos objectivos do respectivo acordo de colaboração, pode contar com a cooperação de entidades vocacionadas para a promoção de projectos habitacionais de interesse social, celebrando com elas, para o efeito, um protocolo que lhes permite aceder ao apoio financeiro do PROHABITA na parte que lhes corresponde.

O apoio financeiro assume a forma de comparticipações a fundo perdido concedidas pelo IHRU e de empréstimos, concedidos por este ou através de instituições de crédito, e tem por objecto, não só a construção ou aquisição de novos empreendimentos habitacionais, mas também a realização de obras de reabilitação de habitações ou prédios, devolutos ou arrendados, que pertençam às entidades beneficiárias, no sentido de incentivar a reabilitação do parque habitacional degradado em detrimento da construção nova. Na prossecução deste último objectivo, o IHRU concede ainda apoio a fundo perdido ao arrendamento de habitações por parte dessas entidades.

Tendo em conta que as comparticipações a fundo perdido a conceder pelo IHRU, podem advir em parte de fundos mutuados pelo Banco Europeu de Investimento, tal implica a previsão de condições reguladoras adicionais, nomeadamente, quanto a questões ambientais e quanto à conservação das habitações e seu regime de alienação.

Assim, o IHRU e o Município de [REDACTED] celebram o presente Acordo de Colaboração ao abrigo do PROHABITA, tendo em vista a resolução das situações de grave carência habitacional identificadas no âmbito do levantamento efectuado por aquele Município no respectivo território.

Nesses termos, entre:

O MUNICÍPIO DE [REDACTED], adiante designado por Município, representado pelo Senhor, na qualidade de

e

O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, adiante designado por IHRU, representado pelo Senhor Dr. António Mendes Baptista, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo.

É celebrado e reduzido a escrito o presente Acordo de Colaboração ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

O Município compromete-se a atribuir, no ano de 2010, habitações condignas e adequadas a 30 agregados familiares residentes no respectivo território em situação por ele verificada como de grave carência habitacional, identificadas no processo de candidatura apresentado pelo Município ao IHRU, o qual faz parte do presente acordo, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho.

SEGUNDA

UM - Para o efeito previsto na cláusula anterior, o Município propõe-se dispor de um total de 30 habitações, procedendo para tal à sua construção em regime de custos controlados.

DOIS - O Município compromete-se a desenvolver o processo a que se refere o número anterior de acordo com a programação cronológica e financeira constante do Anexo I.

TRÊS - O incumprimento pelo Município do disposto no número anterior pode determinar a reafectação pelo IHRU a outros beneficiários dos meios financeiros previstos no presente Acordo, sem prejuízo do disposto na cláusula 4ª e na al. c) da cláusula 6ª.

TERCEIRA

UM - O valor total do investimento necessário ao cumprimento do objectivo indicado na cláusula anterior é estimado em 2.076.305 € (dois milhões, setenta e seis mil trezentos e cinco euros).

DOIS - Do valor indicado no número anterior, o Município beneficia de financiamento num valor máximo total estimado em 1.661.045 € (um milhão, seiscentos e sessenta e um mil e quarenta e cinco euros), nos seguintes termos:

- a) Até 622.892 € (seiscentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois euros) sob a forma de participação a fundo perdido a conceder pelo IHRU.
- b) Até 1.038.153 € (um milhão, trinta e oito mil cento e cinquenta e três euros) sob a forma de empréstimo bonificado a conceder pelo IHRU, directamente ou através de uma instituição de crédito que com ele tenha celebrado o protocolo a que se refere o nº 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 135/2004.

QUARTA

O financiamento referido no número dois da cláusula anterior está sujeito às condições e limites máximos estabelecidos, de acordo com o respectivo objecto, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 135/2004, cabendo ainda ao IHRU avaliar a oportunidade da respectiva concessão em função das suas disponibilidades financeiras e orçamentais.

QUINTA

As habitações financiadas ao abrigo do PROHABITA destinam-se a residência permanente dos agregados familiares a que se refere a cláusula primeira do presente Acordo e são-lhes atribuídas em regime de renda apoiada ou em regime de propriedade resolúvel, nos termos respectivamente dos Decretos-Lei n.ºs 166/93 e 167/93, ambos de 7 de Maio.

SEXTA

Em execução do presente Acordo, cabe, nomeadamente, ao IHRU:

- a) Determinar a exclusão da atribuição de habitações ao abrigo do PROHABITA a agregados familiares que não cumpram os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 135/2004 para aceder a uma habitação, sem prejuízo de, em casos devidamente

fundamentados pelo Município, poder aceitar a substituição dos agregados excluídos por outros;

- b) Proceder à análise técnico-financeira dos projectos relativos à construção das habitações e verificar a compatibilidade dos mesmos com as normas legais e técnicas aplicáveis à habitação de custos controlados;
- c) Promover a existência dos meios financeiros destinados à comparticipação e às bonificações de acordo com os cronogramas financeiros, sem prejuízo de, em cada momento, dever verificar a possibilidade orçamental da respectiva concessão;
- d) Aprovar o empréstimo a conceder por ele ou pelas instituições de crédito que, para o efeito, celebrem o protocolo a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 135/2004;
- e) Aprovar e calcular as bonificações de juros do empréstimo para efeito do seu pagamento pela Direcção-Geral do Tesouro;
- f) Prestar o apoio técnico necessário para o adequado desenvolvimento processual dos projectos específicos.

SÉTIMA

Em execução do presente Acordo, compete, nomeadamente, ao Município:

- a) Promover ou assegurar a promoção do projecto objecto do presente Acordo, nos seus exactos termos, bem como concluí-lo na data estabelecida e assegurar o respeito pelas normas legais e técnicas aplicáveis à habitação de custos controlados;
- b) Prestar ao IHRU todas as informações e facultar-lhe todos os elementos que este considere necessários para a cabal avaliação da execução do presente Acordo;
- c) Verificar, em tempo oportuno, o cumprimento dos requisitos de acesso à atribuição de uma habitação no abrigo do PROHABITA por parte dos agregados familiares abrangidos pelo levantamento efectuado;
- d) Definir a atribuição das habitações em regime de renda apoiada ou de propriedade resolúvel tendo em consideração as condições aplicáveis nos termos, respectivamente, no Decreto-Lei n.º 166/93 e n.º 167/93 face, entre outras, à composição e rendimentos dos agregados familiares a que as habitações se destinam;

- e) Entregar ou assegurar a entrega das habitações aos agregados seus destinatários no prazo máximo de seis meses após a conclusão das obras;
- f) Actualizar anualmente os dados relativos aos agregados familiares abrangidos pelo presente Acordo;
- g) Concretizar as soluções propostas no processo de candidatura apresentado ao IHRU, em relação às edificações desocupadas, de forma a impedir a reocupação das mesmas por outros agregados familiares, obrigando-se à respectiva demolição sempre que se trate de construções não legalizadas;
- h) Respeitar na construção do empreendimento habitacional participativo, a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de protecção do ambiente, designadamente, a relativa à preservação, protecção ou melhoria das condições de vida humana, da fauna, da flora, do ar, da água, do clima e paisagem, do ambiente construído e do património cultural, incluindo as disposições que implementem acordos internacionais relativos ao ambiente;
- i) Segurar, de forma adequada, junto de companhias de seguro de primeira ordem, os activos imobiliários participativos, segundo as modalidades e procedimentos usuais no sector em que os mesmos se inserem;
- j) Adoptar as medidas necessárias de modo a que as habitações, partes acessórias e equipamentos participativos, sejam permanentemente conservados e mantidos em bom estado de utilização;
- k) Manter a sua contabilidade de forma a que a mesma, em qualquer momento, evidencie correcta e claramente a posição contabilística de todas as operações e demais situações inerentes à execução dos contratos que concretizem o presente acordo;
- l) Fornecer ao IHRU, quando e logo que solicitados, para efeito da fiscalização do disposto no número anterior, quaisquer elementos da sua contabilidade e outros respeitantes à sua gestão e a facultar-lhe a mais ampla fiscalização da sua actividade, designadamente, através do acesso à sua escrita;
- m) Franquear o acesso do pessoal ou mandatários do IHRU aos locais, instalações e obras participativas, permitindo-lhes proceder a todas as verificações consideradas úteis, através da concessão dos meios necessários para o efeito, bem como fornecer toda a informação que o IHRU solicite com vista à avaliação do correcto e pontual cumprimento de tudo o previsto nos contratos que concretizem o presente acordo;

- n) Realizar os contratos de empreitada de obras e fornecimento de materiais, bens e serviços destinados à construção do empreendimento participativo, respeitando os termos da legislação nacional e comunitária relevantes quanto à matéria.

OITAVA

O Município obriga-se ainda, durante os primeiros quinze anos de vigência do regime especial de alienação, a não vender aos arrendatários, nos termos dos artigos 28º e seguintes do Decreto-Lei nº 135/2004, habitações participativas cujo valor exceda 5% (cinco por cento) dos montantes participativos, ao abrigo e em execução do presente acordo.

NONA

Os elementos constantes do presente Acordo podem ser objecto de actualização sem necessidade de qualquer aditamento, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 135/2004.

DÉCIMA

Este Acordo de Colaboração é celebrado pelo prazo de 1 ano contado da presente data, podendo este prazo ser prorrogado apenas na medida necessária à conclusão do processo construtivo em curso no final do período.

FEITO EM DUPLICADO, AOS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.

O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

ANEXO 2 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO/ ALOJAMENTO

CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FIM HABITACIONAL EM REGIME DE RENDA APOIADA

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Vila Nova de Famalicão, pessoa colectiva com o número 506 663 264 com sede à Praça Álvaro Marques, freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão, aqui representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Arquitecto _____

adiante designado por

Senhorio. _____

SEGUNDO OUTORGANTE: xxxxxxxxxxxxxx, ambos solteiros a viver em união de facto, ele natural da freguesia de Pico de Regalados do concelho de Vila Verde e ela natural de Braga (São José de São Lázaro), com as Números de Identificação Fiscal xxxxxxxxxxxxxx, titulares dos Bilhetes de Identidade números xxxxxxxxxxxx emitidos em xxxxxxxxxxxx pelos Serviços de Identificação de Lisboa e Braga respectivamente, adiante designado por **Inquilino.** _____

Entre os outorgantes é celebrado o presente contrato sob o Regime de Renda Apoiada, nas condições a seguir indicadas: _____

I

(Objecto)

O Primeiro Outorgante (Senhorio) dá de arrendamento ao Segundo Outorgante (Inquilino) o fogo localizado no Edifício das Bétulas, casa n.º 1, sito na Rua José Joaquim Gomes n.º 36, rés do chão direito, na freguesia de Calendário, do concelho de Vila Nova de Famalicão, inscrita na matriz predial com o artigo n.º P4847 – fracção I e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 02198/010205, freguesia de Calendário, _____

II

(Prazo)

O arrendamento é de duração limitada com início no dia 1 de Janeiro de dois mil e onze, e é celebrado pelo prazo de cinco anos, considerando-se sucessivamente renovado no termo do prazo e por períodos de três anos se não for denunciado pelo senhorio com um ano de antecedência e pelo arrendatário com a antecedência mínima de noventa (90) dias em relação ao termo do prazo contratual ou da sua renovação. _____

III

(Preço Técnico)

1 – O preço técnico do fogo arrendado, no valor de € 255,05 (duzentos e cinquenta e cinco euros e cinco cêntimos) foi calculada, nos termos em que o é a renda condicionada, conforme estabelecido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio. _____

2 – O preço técnico é actualizado, anual e automaticamente, pela aplicação do coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda condicionada. _____

IV

(Renda Apoiada)

1 – A renda devida pelo Segundo Outorgante é de € 70,41 (setenta euros e quarenta e um cêntimos) e vence-se no primeiro dia útil do mês a que respeita. —

2 – A renda deve ser paga nos 8 (oito) dias subsequentes ao seu vencimento, na sede do senhorio, nos serviços da Tesouraria, sitos nos Paços do Concelho, à Praça Álvaro Marques, freguesia de concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

3 – O valor da renda é determinado pela aplicação da Taxa de Esforço ao Rendimento Mensal Contígido do agregado familiar do inquilino, nos termos do artigo 5.º do mencionado Decreto-lei n.º 166/93. _____

V

(Actualização da Renda Apoiada)

- 1 – O valor da renda, que não pode exceder o valor do Preço Técnico calculado nos termos da cláusula III, é actualizado anualmente com base na variação percentual, para esse ano, do salário mínimo nacional, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do aludido Decreto – Lei n.º 166/93. _____
- 2 – O **senhorio** pode, ainda, para efeitos de actualização da renda, solicitar ao **inquilino** a declaração dos seus rendimentos. _____
- 3 – O valor da renda pode ainda ser reajustado com base nos rendimentos declarados pelo **inquilino**, aplicando o disposto no n.º 3 da cláusula IV. _____
- 4 – A falta da declaração de rendimentos ou falsidade da mesma determina o imediato pagamento do preço técnico, sem prejuízo de constituir fundamento de resolução do contrato de arrendamento e de eventual responsabilidade criminal do declarante. _____
- 5 – O **Segundo Outorgante** pode, também, para efeitos de actualização da renda, solicitar ao **senhorio** a alteração do valor da renda quando se verificar uma das seguintes situações: _____
 - 5.1 – Diminuição/aumento dos rendimentos dos elementos que compõem o agregado familiar, por um período igual ou superior a um mês. _____
 - 5.2 – Diminuição/ aumento do número de elementos que compõem o agregado familiar, de forma permanente e devidamente comprovada. _____
- 6 – O **Segundo Outorgante** deverá, no prazo de 15 dias úteis, comunicar ao **senhorio** as condições susceptíveis de alteração de renda, nomeadamente, por: —
 - 6.1 – Novo emprego ou desemprego de qualquer um dos elementos do agregado familiar; _____
 - 6.2 – Primeiro emprego, nascimento, reforma, falecimento ou ausência de qualquer um dos elementos do agregado familiar; _____
 - 6.3 – Qualquer outro rendimento ou condição susceptível de provocar alteração no valor da renda. _____
- 7 – A comunicação referida no número anterior, deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, pelos seguintes documentos: _____

- 7.1 – Baixa clínica – certificado de incapacidade temporária – declaração do centro regional de segurança social da montante ou cessação do subsídio de doença: _____
- 7.2 – Desemprego – declaração do centro de emprego da área de residência – declaração do centro regional de segurança social da montante ou cessação do subsídio de desemprego: _____
- 7.3 – Acidente de trabalho/viação – declaração do segurador do valor da indemnização mensal paga por esta ao sinistrado: _____
- 7.4 – Nascimento – certidão de nascimento: _____
- 7.5 – Casamento – certidão de casamento: _____
- 7.6 – Morte – certidão de óbito: _____
- 7.7 – Ausência por um período superior a dois meses, de um ou mais elementos do agregado familiar – documento compatível: _____
- 7.8 – Rendimento de Inserção Social – declaração do centro regional segurança social relativa ao início ou cessação da prestação, com indicação expressa do valor do subsídio: _____
- 7.9 – Novo emprego/aumento de vencimento – declaração / recibo do vencimento emitido pela entidade patronal: _____
- 7.10 – Pensões – declaração emitida por entidade competente, designadamente o Centro Nacional de Pensões: _____
- 7.11 – Outros documentos que se tomem indispensáveis para a avaliação da situação. _____
- B – Verificação da alteração: _____
- B.1 – Deverá o **inquilino** que solicitou a redução da renda, apresentar, mensalmente, no atendimento local, documento comprovativo da sua situação económica: _____
- B.2 – Ficam dispensados da apresentação mensal do documento comprovativo, nos casos em que esta redução seja devida a nascimento, casamento ou morte: —
- B.3 – Quando se verificar a cessação do motivo que originou a alteração da renda, esta deverá voltar ao valor anterior ao momento da alteração: _____

8.4 – Quando se verificar a recusa de oferta de emprego por parte do centro de emprego, devidamente comprovada, esta deverá voltar ao valor anterior ao momento da alteração. _____

VI

(Indemnização moratória)

Quando a renda não for paga no prazo estabelecido no presente contrato, disporá o **Segundo Outorgante** de um prazo até ao final do mês a que respeita a renda para efectuar o seu pagamento. O não pagamento dentro deste prazo implica um acréscimo de 50%, sob a pena de poder ser requerida a rescisão do contrato e o consequente despejo. _____

VII

(Utilização do fogo)

1 – O fogo arrendado destina-se, exclusivamente, à habitação permanente do **Inquilino** e do seu agregado familiar. _____

2 – É proibida a hospedagem, a sublocação, total ou parcial, ou a cedência a qualquer título do arrendado. _____

3 – Nos casos de sobreocupação do fogo, o **senhorio** poderá determinar a transferência do **Inquilino** e do respectivo agregado familiar para uma habitação de tipologia adequada, dentro da mesma localidade. _____

VIII

(Obras nas habitações)

1 – O **Inquilino** não poderá realizar na habitação quaisquer obras, quer no seu interior (pintura das paredes e outros) ou exterior, nem, de qualquer forma, alterar as suas características sem consentimento escrito do **senhorio**. _____

2 – Na caso de violação do disposto no número anterior, o **Inquilino** será notificado para, em prazo certo, repor o fogo no seu estado anterior; se não o fizer, poderá o **senhorio** resolver o contrato sem prejuízo da responsabilidade do **Inquilino** pelas despesas que, para aquele fim, tiverem de ser feitas. _____

IX

(Obras de conservação/ manutenção das partes comuns)

- 1 – São consideradas partes comuns dos edifícios: o solo, alicerces, pilares, colunas, paredes-mestras e todos os elementos da estrutura do prédio; telhados ou terraços de cobertura; entrada do prédio, escadas e corredores de utilização comum; instalações gerais de água, electricidade, comunicações e gás, sendo os contadores da responsabilidade do **inquilino**; contentores do lixo e respectivos abrigos; pátios e jardins que envolvam o empreendimento; salas e arrecadações. –
- 2 – Estas reparações serão da responsabilidade do **senhorio**, que ao proceder a alguma intervenção, comunicará a todos os **inquilinos** a natureza das obras. ———
- 3 – Não são da responsabilidade do **senhorio** as reparações resultantes de comportamentos indevidos ou negligentes. —————

X

(Direitos do inquilino)

- 1 – O **inquilino** tem direito a utilizar a sua habitação, assim como as partes comuns do prédio. —————
- 2 – O **inquilino** tem direito à informação sobre assuntos respeitantes ao prédio, podendo solicitá-la ao **senhorio**. —————

XI

(Deveres do inquilino)

- São ainda deveres do **inquilino**, sem prejuízo de outros que resultem da lei: ———
- 1 – Fornecer ao **senhorio**, entidade locadora, a todo o tempo, quaisquer documentos e esclarecimentos necessários para a instrução e ou actualização do respectivo processo. —————
- 2 – Promover a instalação e a ligação dos contadores de água, de gás e de energia eléctrica, cujas despesas, bem como as dos respectivos consumos, são da sua conta. —————
- 3 – Pagar a renda, no quantitativo e no prazo devido. —————
- 4 – Conservar, no estado em que actualmente se encontram, a instalação eléctrica bem como todas as canalizações de água e de esgotos, pagando à sua conta as

XII

(Estado do fogo no termo do arrendamento)

No termo do arrendamento, o **inquilino** restituirá o fogo limpo, com todas as portas, chaves, vidros, instalações, canalizações, acessórios e dispositivos de utilização sem quaisquer deteriorações, salvo as inerentes ao uso normal. _____

XIII

(Resolução do contrato)

Sem prejuízo dos casos já contemplados e dos previstos na lei geral, pode o **senhorio** resolver o contrato, antes do termo nele previsto, quando o **inquilino**: _____

- 1 – Incorra em quaisquer irregularidades para obtenção do fogo. _____
- 2 – Não ocelte a actualização da renda nos termos legais. _____
- 3 – Não cumpra as obrigações de arrendatário, nomeadamente as impostas pela cláusula XI deste contrato. _____

XIV

(Mobilidade)

- 1 – Em face da variação do número de elementos que compõem o agregado familiar, os segundos outorgantes são obrigados a mudar para outra habitação com uma tipologia que se ajuste às necessidades do referido agregado. _____
- 2 – A decisão de mudança de habitação está sujeita a audiência prévia por parte dos arrendatários. _____

XV

(Legislação aplicável)

Tudo o que não estiver expressamente regulado neste contrato sé-lo-á pelas disposições aplicáveis aos contratos de arrendamento para fins habitacionais em regime de renda apoiada e pelo regime geral de locação civil. _____

reparações que se tomarem necessárias para o efeito de inórcia ou de utilização indevida das mesmas. _____

5 - Não conservar na habitação animais que possam incomodar os vizinhos ou possam causar quaisquer danos. _____

6 - Não fazer ruídos que incomodem os vizinhos e respeitar sempre o período de repouso, sendo expressamente proibido a emissão de barulho entre as 22 (vinte e duas) e as 8 (oito) horas. _____

7 - Pagar a prestação mensal, respeitante às despesas de água, luz e limpeza das partes comuns, que vier a ser fixada, em função da tipologia e da permutagem do fogo. _____

8 - Não depositar lixo, salvo nos locais para isso destinados e nos termos fixados nos diplomas regulamentares em vigor no Município. _____

9 - Facultar aos legítimos representantes da Câmara Municipal ou terceiros por si indicados o acesso ao fogo arrendado para exame ou realização de obras no mesmo. _____

10 - Não conferir à habitação um uso diferente do estipulado no contrato de arrendamento. _____

11 - Não fazer fumos, nomeadamente, assados de carvão ou queimados dentro do fogo, nos jardins ou qualquer parte envolvente do empreendimento, assim como não guardar explosivos ou produtos inflamáveis. _____

12 - Não sacudir tapetes ou roupas, despejar águas, lançar lixos, pontas de cigarro ou detritos de qualquer natureza pelas janelas ou em áreas para tal não destinadas. _____

13 - Não guardar nas partes comuns do edifício bens próprios. _____

14 - Não alterar o arranjo externo do edifício, nomeadamente com a instalação de toldos para o sol, placas publicitárias ou pintura de fachada de habitação. _____

15 - Comunicar ao **senhorio**, onde e como pode ser contactado, em caso de ausência superior a 30 (trinta) dias. _____

16 - Não ter nenhum comportamento que prejudique o bem-estar ou ponha em risco a segurança, saúde ou honra dos vizinhos ou terceiros, nomeadamente através de actos passíveis de configurar a prática de crime, nomeadamente, injúrias, difamação, ofensas corporais e de perigo comum. _____

XVI

(Pacto de aloramento)

Para as eventuais questões emergentes deste contrato é competente o foro da Comarca de Vila Nova de Famalicão, com renúncia expressa a qualquer outro. —

XVII

(Aceltação do contrato)

Os **Inquilinos**, aqui **Segundos Outorgantes**, declaram aceitar o presente contrato de arrendamento nas condições nele estabelecidas, obrigando-se a cumpri-lo pontual e integralmente. _____

feito em duplicado, a 02 de Dezembro de 2010. _____

O Primeiro Outorgante

Os Segundos Outorgantes

ANEXO 3 - RENDAS

MORADOR	ATIVOS	NR.	BLOCO	RENDA
12500001	A	1	36	23,37
12500002	A	2	36	4,85
12500003	A	3	36	4,75
12500004	A	4	36	12,1
12500005	A	5	36	4,85
12500006	A	6	36	4,75
12500007	A	7	36	4,75
12500008	A	8	36	12,61
12500009	A	9	74	19,86
12500011	A	11	74	13,2
12500013	A	13	74	56,07
12500015	A	15	74	32,48
12500016	A	16	74	4,75
12500017	A	17	43	29,14
12500018	A	18	43	4,75
12500019	A	19	43	5,74
12500020	A	20	43	4,75
12500021	A	21	65	4,85
12500022	A	22	65	4,75
12500023	A	23	65	16,37
12500024	A	24	65	12,04
12500025	A	25	87	4,75
12500026	A	26	87	4,85
12500027	A	27	87	19,41
12500028	A	28	87	30,61
12500029	A	29	87	4,75
12500030	A	30	87	8,61
12500031	A	31	87	4,85
12500032	A	32	87	4,75
12504014	A	14	74	36
			RENDA MÁXIMA	56,07 €
			RENDA MÍNIMO	4,75 €
			RENDA MÉDIA	13,38 €